

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ENAP

Escola Nacional de Administração Pública

Relatório de Gestão do Exercício de 2012

Brasília, 2013

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ENAP Escola Nacional de Administração Pública

Relatório de Gestão do Exercício de 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 133/2013)

Sumário

Introdução	9
1. Identificação.....	12
2. Planejamento Estratégico, Planos de Metas e de Ações.....	22
3. Estrutura de Governança e de Auto controle da Gestão.....	32
4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira.....	38
5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	57
6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	62
7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário.....	73
8. Gestão da Tecnologia da Informação e gestão do Conhecimento	75
9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	80
10. Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas	84
11. Informações Contábeis	96
Resultados e Conclusões	99
Anexos	101

Lista de Siglas

ABC – Agência Brasileira de Cooperação
ANA – Agência Nacional de Águas
ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
ANCINE – Agência Nacional do Cinema
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP – Agência Nacional do Petróleo
ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquáticos
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APF - Administração Pública Federal
APO – Analista de Planejamento e Orçamento
ART – Anotação de Responsabilidade Técnica
ASO – Atestado de Saúde Ocupacional
ASP – Avaliação Socioeconômica de Projetos
ATI – Analistas em Tecnologia da Informação
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento
BPM – *Business Process Management*
BSC – *Balanced Scorecard*
CEAG – Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública
CEDDET – Fundação Centro de Educação a Distância para o Desenvolvimento Econômico e Tecnológico
CGTI – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU – Controladoria Geral da União
CLAD – Centro Latinoamericano de Administração para o Desenvolvimento
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONSAD – Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CRH – Coordenação de Recursos Humanos
CTI – Programa de Capacitação em Cooperação Técnica Internacional
DAS – Direção e Assessoramento Superiores
DEST - Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DGI – Diretoria de Gestão Interna
DGOS - Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais

EaD – Educação a Distância
EC – Emenda Constitucional
EIAPP – Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
EPPGG – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
FEI – *France Expertise Internationale*
FIIAPP – Fundação Internacional para Ibero-América de Administração e Políticas Públicas
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FNP – Frente Nacional de Prefeitos
FSC – *Forest Stewardship Council*
GAC – Grupo de Administradores de Conteúdos
GAEG – Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo
GIZ – Agência de Cooperação Alemã
GSISP – Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IILA – Instituto Ítalo Latino Americano
IMPARH – Instituto Municipal de Pesquisas, Administração e Recursos Humanos
IN – Instrução Normativa
INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRSPM – *International Research Society for Public Management*
ISAP – Instituto Superior de Administração Pública
ISO – *International Organization for Standardization*
LAI – Lei de Acesso à Informação
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS – Ministério da Previdência Social
MRE – Ministério das Relações Exteriores
OCI – Órgão de Controle Interno
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
PAC – Plano de Aceleração do Crescimento
PACE – Plano Anual de Capacitação
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PC – Prestação de Contas
PCTI – Planejamento da Contratação de Tecnologia da Informação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PE – Planejamento Estratégico
PEI – Planejamento Estratégico Institucional
PES – Planejamento Estratégico Situacional

PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável
PNDP – Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
PPA – Plano Plurianual
PR – Presidência da República
PROREG – Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação
RSP – Revista do Serviço Público
SDH – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SECOM – Secretaria de Comunicação Social da Presidência
SEFTI – Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação
SEGEP – Secretaria de Gestão Pública
SEGU – Sistema de Escolas de Governo da União
SERES – Secretaria de Regulação e Supervisão de Educação Superior
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal
SICA – Sistema de Integración Centroamericano
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC – Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SISP – Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SRP – Sistema de Registro de Preços
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação
TRE/RN – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

Lista de Tabelas

Quadro I – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	12
Quadro II – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	36
Quadro III – Programa de Governo constante do PPA – Temático	38
Quadro IV – Iniciativa 029P	39
Quadro V – Iniciativa 02D6	41
Quadro VI – Iniciativa 02DH	42
Quadro VII – Ação Desenvolvimento Gerencial da Administração Pública	42
Quadro VIII – Ação Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras	43
Quadro IX – Ação Pós-Graduação para Servidores Públicos	43
Quadro X – Ação Pesquisa e Disseminação de Inovação e Conhecimento em Gestão Pública	43
Quadro XI – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção	44
Quadro XII – Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	45
Quadro XIII – Ação Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	45
Quadro XIV – Ação Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	45
Quadro XV – Ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	45
Quadro XVI – Ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	46
Quadro XVII – Ação Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	46
Quadro XVIII – Ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos	46
Quadro XIX – Ação Administração da Unidade	46
Quadro XX – Ação Pagamento de Pessoal Ativo da União	47
Quadro XXI – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	48
Quadro XXII – Programação de Despesas Correntes	48
Quadro XXIII – Programação de Despesas de Capital	49
Quadro XXIV – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	49
Quadro XXV – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	51

Quadro XXVI – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	52
Quadro XXVII – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	53
Quadro XXVIII – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	54
Quadro XXIX – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	55
Quadro XXX - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	57
Quadro XXXI – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	58
Quadro XXXII – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	59
Quadro XXXIII – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes	59
Quadro XXXIV – Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferências Concedidas Pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse	60
Quadro XXXV – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	60
Quadro XXXVI – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” E CPGF)	60
Quadro XXXVII – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12	62
Quadro XXXVIII – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12	63
Quadro XXXIX – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	63
Quadro XL – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12	64
Quadro XLI – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12	64
Quadro XLII – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores	65
Quadro XLIII – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31 de dezembro	67
Quadro XLIV – Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12	67
Quadro XLV – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	67
Quadro XLVI – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	68
Quadro XLVII – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC	68
Quadro XLVIII – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	70
Quadro XLIX – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	71
Quadro L - Composição do Quadro de Estagiários	72

Quadro LI – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	74
Quadro LII – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	76
Quadro LIII – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	81
Quadro LIV – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	82
Quadro LV – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI (1)	84
Quadro LVI – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI (2)	85
Quadro LVII – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI (3)	85
Quadro LVIII – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI (4)	86
Quadro LIX – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI (5)	87
Quadro LX – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI (6)	88
Quadro LXI – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI (7)	88
Quadro LXII – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI (8)	89
Quadro LXIII – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	94
Quadro XLIV – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV	95
Quadro XLV – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício não Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada	98

Introdução

Itens da norma (DN TCU nº 119/2012, Anexo II) que não se aplicam à natureza da Unidade:

- Remuneração paga a administradores: A ENAP é fundação pública, criada pela Lei nº 6.871/80 e modificada pela Lei nº 8.140/90.
- Renúncia tributária
- Gestão de precatórios
- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial e Locados de Terceiros: a ENAP não possui bens imóveis de uso especial e locados de terceiros.
- Composição acionária das empresas estatais: a ENAP não está abrangida pela Lei nº 6.404/76.
- Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008: esta fundação tem seus demonstrativos contábeis registrados no SIAFI de maneira única e integral.
- Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976: as demonstrações contábeis e notas explicativas desta fundação estão sujeitas às regras da lei 4.320/64 e não à lei 6.404/76.

Itens da norma (DN TCU nº 119/2012, Anexo II) que, apesar de se aplicarem à natureza da Unidade, não houve ocorrências:

- Sistema de Correição: a ENAP não possui sistema de correição.
- Cumprimento pela instância de correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU: a ENAP não possui sistema de correição.
- Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ: a ENAP não possui Objetivos sob a sua responsabilidade.
- Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos: não houve movimentação desse tipo de valor no ano de 2012.
- Análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse: não houve transferências nessas modalidades em 2012.
- Suprimento de Fundos: a ENAP não executou, em 2012, despesas nas modalidades Suprimento de Fundos Conta Tipo “B” e nem Cartão de Crédito Corporativo.
- Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos: A Coordenação de Recursos Humanos da ENAP, na busca pela transparência e aplicação da legislação quanto à acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, tem como rotina o preenchimento, por parte dos servidores que ingressam no órgão, da Declaração de Não Acúmulo de Cargos. Tal documento imputa ao servidor a responsabilidade de informar ao órgão sobre qualquer acumulação de cargo. Todavia, não existe no órgão nenhum controle

para acompanhamento com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos no quadro de pessoal da unidade jurisdicionada.

- Atos de pessoal sujeitos à remessa física ao TCU – não houve na ENAP esse tipo de ocorrência.

- Atuação do OCI sobre os atos com impropriedades – não houve na ENAP esse tipo de ocorrência.

- Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão e sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrente da Realização de Concurso Público: não houve no exercício terceirização de cargos e atividades do plano de cargos na ENAP.

- Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial e locados de terceiros: a ENAP não possui imóveis nessas modalidades.

- Deliberações do TCU atendidas no exercício e pendentes de atendimento ao final do exercício: não houve deliberações do TCU expedidas para a ENAP durante o exercício considerado.

- Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício: não houve recomendações do OCI pendentes de atendimento.

- Parecer da auditoria independente: a ENAP não contratou esse tipo de auditoria.

- Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais: a ENAP não realizou contratação de consultores por essa via em 2012.

- Projetos e programas financiados com recursos externos: não houve na ENAP o financiamento de projetos e programas com recursos externos.

- Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros: esta UJ não utiliza frota e serviços de transporte terceirizado.

Visando à valorização dos servidores públicos federais e ao fortalecimento da política nacional de desenvolvimento de pessoal, foram promovidas capacitações de aproximadamente 36 mil servidores públicos, em apoio às iniciativas de desenvolvimento dos dirigentes para melhoria da gestão das políticas públicas e ao aperfeiçoamento técnico e gerencial da Administração Pública Federal. Destacam-se as seguintes ações:

- Realização de 20.602 capacitações em cursos a distância e de 11.289 capacitações em cursos presenciais voltados para o desenvolvimento técnico e gerencial, contemplando os sistemas estruturantes da administração pública federal (APF).

- Foram realizadas oficinas de planejamento estratégico para quinze órgãos da APF, abrangendo 668 servidores, e curso de formação inicial para 45 analistas de Planejamento e Orçamento e para 125 Analistas de Infraestrutura.

- Foi desenvolvido o Programa de Desenvolvimento de Competências para Consultoria no Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) destinado a capacitar 50 analistas em Tecnologia da Informação (ATI). A finalização está prevista para maio de 2013.

- Foram conferidos 82 títulos de especialistas a servidores que concluíram os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública, Gestão de Pessoas no Serviço Público e em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social. Outros 61 servidores estão matriculados em turmas em andamento. Foram, ainda, capacitados 33 facilitadores para atuar no programa Avaliação Socioeconômica de Projetos.

- Capacitação de 200 agentes públicos das esferas municipal, estadual e federal, envolvidos na gestão de projetos de infraestrutura, em cursos sobre ‘Contratos de Programa de Saneamento’ e do ‘Regime Diferenciado de Contratações’.

- Foram promovidas quatro edições do Café com Debate nas quais foram realizadas 653 capacitações.
- Realização de turmas-piloto em cursos presenciais a 50 servidores no âmbito do Programa de Capacitação em Cooperação Técnica Internacional, relacionados às áreas de gestão de projetos, de fundamentos e conceitos da cooperação internacional e de aspectos de comunicação e interculturalidade.
- Foram realizados dois cursos sobre Avaliação de Programas Sociais e Competências Conversacionais nas Organizações Públicas no Contexto Ibero-Americano – para 52 servidores, incluindo brasileiros, representantes de 14 países ibero-americanos e de três países africanos. Ainda nesse contexto, foi elaborado o curso Ética e Administração Pública na América Latina, na modalidade a distância, com uma turma-piloto e terá sua primeira oferta regular no início de 2013.
- Ao avançar na capacidade de autoavaliação, a ENAP pode identificar os processos centrais que dificultam a entrega de seus serviços e produtos. Abaixo estão listados os fatores críticos que dificultaram a instituição alcançar melhores resultados.
- Dificuldade dos órgãos demandantes em definir cronograma, critérios dos programas de capacitação e articulação entre os atores envolvidos, bem como em programar e providenciar a liberação dos participantes para os cursos/eventos demandados. Alterações contínuas das agendas dos órgãos resultaram em alguns cancelamentos de atividades.
- Dificuldade dos órgãos demandantes em detalhar de modo preciso as necessidades de capacitação, bem como em fornecer dados/subsídios sobre o público-alvo, tanto para demandas pontuais, como para formação e aperfeiçoamento de carreiras.
- Dificuldade de ampliação da adesão de instituições ao Programa de Parcerias da ENAP, em razão de dificuldades político-organizativas das instituições, especialmente na região Norte.
- Limitada possibilidade de expansão qualitativa e quantitativa do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), em especial nas ações de infraestrutura tecnológica e de educação a distância (EaD), tendo em vistas as atuais condições para contratação desses tipos de serviços.
- Mecanismos atuais de contratação de docentes são complexos e desalinhados com as necessidades práticas e com as condições do mercado.
- No contexto das atividades de cooperação internacional, mostraram-se como fatores críticos restrições legais para a contratação de docentes estrangeiros, falta de docentes especialistas, ausência de um marco regulatório para a cooperação técnica internacional e restrições orçamentárias por parte da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que poderiam viabilizar a continuidade de projeto de cooperação técnica com Moçambique, assim como o início de outros projetos na África e na América Latina.

1. Identificação e atributos das unidades cujas gestões compõem o relatório

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro I - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			Código SIORG: 2981
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Escola Nacional de Administração Pública			
Denominação Abreviada: ENAP			
Código SIORG: 956	Código LOA: 47210	Código SIAFI: 114702	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundação			CNPJ: 00.627.612/0001-09
Principal Atividade : Treinamento em Desenvolvimento Profissional e Gerencial			Código CNAE: 85.99-6-04
Telefones/Fax de contato:	(061) 2020-3103	(061) 2020-3021	(061) 2020-3167
Endereço Eletrônico: presidencia@enap.gov.br			
Página na Internet: www.enap.gov.br			
Endereço Postal: SAIS Área 2 A – CEP 70610-900 – Brasília/DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 6.871 de 03 de dezembro de 1980, com alteração da denominação estabelecida pela Lei nº 8.140, de 28 de dezembro de 1990.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto 6.563, de 11 de setembro de 2008, que aprova o Estatuto da ENAP.			
Decreto 5.497/05, que trata da priorização de ações voltadas à habilitação de servidores para o exercício de cargos de direção e assessoramento superiores (DAS).			
Decreto 5.707/06, que trata da implantação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
114702	ENAP		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
11401	ENAP		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
114702		11401	

1.2 Finalidades e Competências Institucionais da Unidade

A Fundação Escola Nacional da Administração Pública (ENAP) é uma escola de governo, do Poder Executivo federal, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Sua origem é proveniente da concepção de escola superior de administração pública, destinada à preparação de quadros de nível superior para a administração, proposta no Relatório Rouanet em 1982 (oriundo de estudos feitos em escolas de mesmo gênero em países como França e Alemanha). Sua criação data de 1986.

Sua finalidade estatutária (Decreto nº 6.563, de 11 de setembro de 2008) consiste em promover, elaborar e executar programas de capacitação de recursos humanos para a Administração Pública Federal, visando ao aumento da capacidade de governo na gestão das políticas públicas, tendo como atividades preponderantes elaborar e executar programas de desenvolvimento gerencial para a administração pública; coordenar e supervisionar os programas de capacitação gerencial de pessoal civil executados pelas demais escolas de governo da Administração Pública Federal; elaborar e executar programas de formação inicial para carreiras e de capacitação permanente para agentes públicos; promover a prospecção e difusão do conhecimento sobre gestão pública, por meio de estudos, eventos, atividades editoriais e intercâmbio nacional e internacional; prestar assessoria técnica na elaboração de estratégias e projetos de desenvolvimento, formação, capacitação e atualização de gerentes e servidores; bem como, instituir e coordenar sistema de escolas de governo da União.

A missão da Escola consiste em “desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade de governo na gestão de políticas públicas”, e sua visão de futuro é “ser referência em formação e desenvolvimento de agentes públicos, visando ao seu alto desempenho, e na indução da inovação em gestão pública, a fim de obter resultados para a sociedade brasileira”.

Em termos práticos, a Escola pauta sua atuação da seguinte forma:

i. Cursos de formação, aperfeiçoamento e profissionalização de pessoal civil de nível superior da administração federal, como algumas carreiras de Estado que integram o núcleo estratégico do Estado, do ciclo de gestão, a saber Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) e Analista de Planejamento e Orçamento (APO).

ii. Capacitações específicas (por meio de cursos de sensibilização, formação, capacitação técnica complementar e pós-graduação) diretamente formuladas para atendimento a temas prioritários do Governo: infraestrutura para o desenvolvimento; redução da pobreza e superação da miséria; políticas transversais como acessibilidade e direitos humanos; desenvolvimento de políticas sociais; infraestrutura tecnológica de suporte; gestão da regulação; e gestão, desempenho e competitividade.

iii. Apoio à melhoria da gestão e do planejamento estratégico dos órgãos da Administração Pública Federal, por meio das oficinas de planejamento estratégico.

iv. Atuação na implementação da Política de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), por meio da composição do Comitê Gestor da PNDP e da oferta do curso de pós-graduação lato sensu Gestão de Pessoas no Serviço Público, integralmente financiado com recursos da ENAP e da PNDP.

v. Oferta de capacitação técnico-gerencial, por meio de cursos de catálogo, em áreas como gestão de pessoas (com foco na gestão por competências), gestão da logística pública, gestão do PPA, gestão orçamentária e financeira, gestão de projetos, gestão de contratos e convênios entre outros, nas modalidades presencial e a distância, além do Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores (DGOS). Para a área de liderança, a ENAP oferta cursos para os níveis estratégico, tático e operacional.

vi. Atuação junto a determinados órgãos demandantes na identificação de suas necessidades de capacitação por meio do levantamento dos pontos críticos e do mapeamento das competências a serem contempladas nos eventos de capacitação.

vii. Atuação no Sistema de Escolas de Governo da União, exercendo funções orientadora, articuladora e fomentadora da rede. Destaque em 2012 para a assinatura de um Protocolo de Intenções e a construção um Plano de Ação Conjunta.

viii. Atuação na Rede de Escolas de Governo que tem como objetivo aumentar a

eficácia das instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos dos três níveis de governo visando ao compartilhamento de conhecimentos e experiências das escolas de governo, incentivando trabalhos em parceria e a otimização dos esforços para capacitação de servidores.

ix. Atuação em Redes Internacionais de escolas de governo e instituições que apoiam a formação de agentes públicos, por meio de cooperação internacional e parcerias com diversos países, como Canadá, Espanha, França, Alemanha, Moçambique, outros países de língua portuguesa, países latino-americanos e União Europeia. Também atua na realização de seminários para divulgação de cursos de capacitação no exterior de interesse de gestores públicos brasileiros e na busca de apoiadores internacionais e no relacionamento com atuais parceiros do Concurso Inovação. Destaque em 2012 para capacitações de servidores envolvidos em projetos de cooperação internacional de diversos órgãos, previstas no Programa de Capacitação em Cooperação Técnica Internacional, a fim de contribuir para o fortalecimento da política brasileira de cooperação técnica internacional.

x. Desenvolvimento de pesquisa e execução das atividades de estudos aplicados, editoração e difusão técnica, acervo documental e bibliográfico, com vistas à consolidação e divulgação de informações e de conhecimentos relativos à gestão pública.

xi. Organização de prêmios como o Prêmio Inovação.

O desempenho das atividades relevantes e estratégicas retrata a intenção da Escola no fortalecimento de sua função de capacitação de servidores na Administração Pública Federal. Isso se deu com ênfase na formação de dirigentes capazes de contribuir para o aumento da capacidade de Governo em programas prioritários, no apoio e na criação de ambientes propícios à inovação e gestão eficiente de recursos e na melhoria do pacto federativo por meio da coordenação de redes envolvendo diferentes esferas de governo, visando também consolidar a governança democrática no Brasil.

Sobre os objetivos estratégicos da Escola, estes foram ajustados em 2012 depois de uma revisão da estrutura do planejamento estratégico de “objetivos estratégicos, inflexões e nós críticos” para a estrutura baseada no *Balanced Scorecard* (BSC). Os objetivos estratégicos foram organizados da seguinte forma:

- Objetivos definidos na perspectiva da contribuição para a administração pública:
 - > Fortalecer a gestão dos órgãos da administração pública.
- Objetivos definidos na perspectiva de resultados institucionais:
 - > Formação de agentes públicos de forma estratégica e inovadora (servidores públicos);
 - > Atuação nos processos de planejamento dos órgãos da AP e de implementação de políticas públicas (órgãos da administração pública);
 - > Disseminação de conhecimentos de gestão (sociedade).
- Objetivos definidos na perspectiva de processos internos:

Atuação finalística

- > Promover a formação e aperfeiçoamento de agentes públicos, adequados às necessidades e competências dos diferentes segmentos;
- > Atuar em redes nacionais e internacionais de escolas de governo e instituições que apoiam formação de agentes públicos;
- > Assessorar os órgãos da administração pública em temas de gestão pública;
- > Desenvolver pesquisas e publicações aplicadas à administração pública.

Modelo pedagógico

> Aperfeiçoar política de prospecção, contratação, alinhamento e avaliação de colaboradores;

> Ampliar a inserção de recursos de TIC no desenho de eventos de aprendizagem e na gestão do conhecimento.

Gestão estratégica da Escola

> Aperfeiçoar o modelo de gestão com foco em processos de tomada de decisão, comunicação, monitoramento e avaliação;

> Uniformizar rotinas e melhorar a eficácia e eficiência da gestão da Escola.

Conhecimento e Comunicação

> Desenvolver a gestão do conhecimento;

> Aperfeiçoar a comunicação como ferramenta de gestão estratégica e de disseminação do conhecimento.

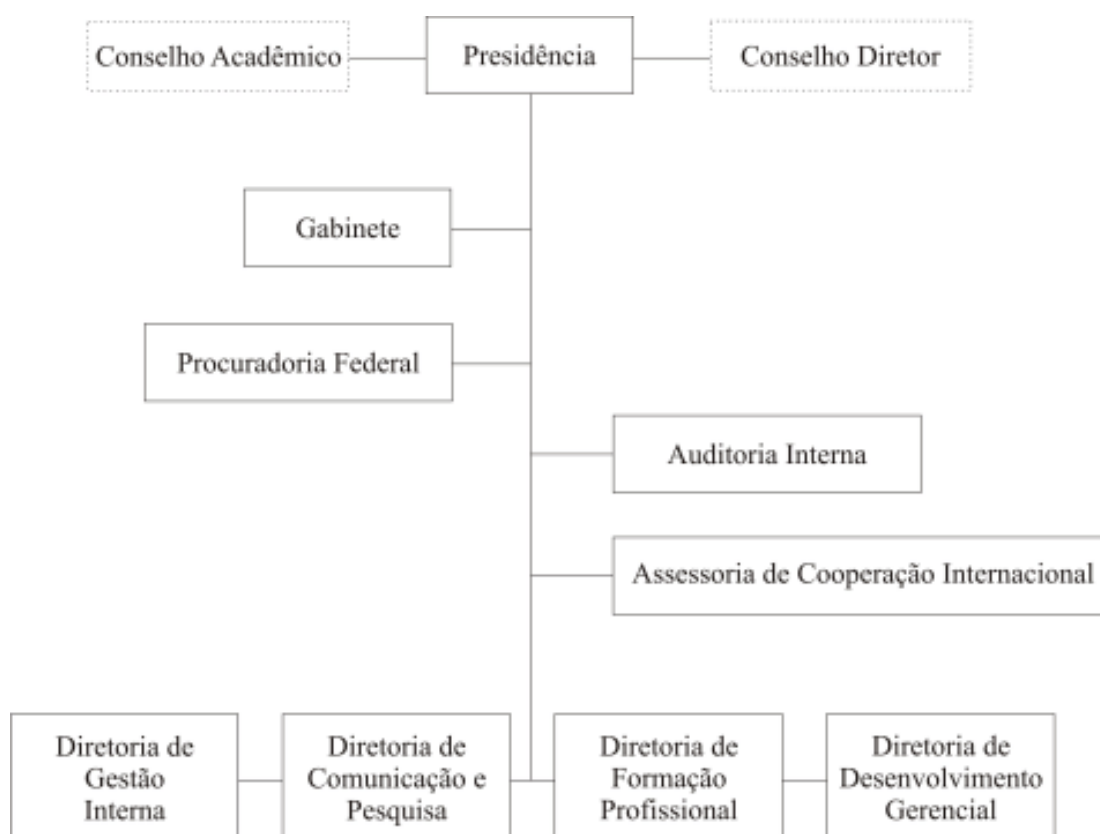
• Objetivos definidos na perspectiva das pessoas, tecnologia & infraestrutura:

> Alinhar o quadro de pessoal às necessidades estratégicas da ENAP;

> Fortalecer a governança de TIC da ENAP;

> Revitalizar e modernizar o Campus da ENAP.

1.3 Organograma Funcional



Ao Gabinete compete assistir ao presidente no preparo e despacho do expediente, nas relações interinstitucionais e articulações internas necessárias à execução das atividades da ENAP, bem como na elaboração e monitoramento do seu planejamento estratégico.

À Assessoria de Cooperação Internacional compete exercer as atividades relativas ao intercâmbio e cooperação técnica com entidades no exterior.

À Procuradoria Federal, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete: i – representar judicial e extrajudicialmente a ENAP; ii – exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da ENAP; e iii – promover a apuração da liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades da ENAP, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

À Diretoria de Gestão Interna compete planejar, coordenar e controlar a execução das atividades de serviços gerais, organização e modernização administrativa, de administração de recursos humanos, de tecnologia de informação, de planejamento, orçamento e contabilidade, de eventos e de suporte às atividades-fim da Fundação.

À Diretoria de Comunicação e Pesquisa compete planejar, dirigir, coordenar, orientar, controlar e avaliar a execução das atividades de estudos aplicados, editoração e difusão técnica, acervo documental e bibliográfico, com vistas à consolidação e divulgação de informações e de conhecimentos relativos à gestão pública.

À Diretoria de Formação Profissional compete planejar, dirigir, coordenar, orientar, controlar e avaliar a execução de atividades de formação e aperfeiçoamento profissional, e outras voltadas à obtenção de requisitos para promoção em carreiras no serviço público federal.

À Diretoria de Desenvolvimento Gerencial compete planejar, dirigir, coordenar, orientar, controlar e avaliar a execução das atividades de desenvolvimento e educação continuada de servidores públicos.

Ao Conselho Diretor compete: i – apreciar os assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente ou por qualquer dos demais membros; ii – aprovar as normas gerais da administração; iii - manifestar-se sobre o programa geral de trabalho, os planos anuais, a proposta orçamentária e a programação dos recursos; iv - opinar sobre o relatório de atividades e a prestação anual de contas; v – manifestar-se, quando solicitado pelo Presidente, sobre contratos, convênios, acordos e ajustes previstos no plano anual de trabalho; vi – examinar e acompanhar a execução orçamentária e financeira; e vii – manifestar-se sobre a alienação de bens imóveis. O Conselho Diretor poderá autorizar a prática, por titulares dos órgãos integrantes da estrutura organizacional da ENAP, dos atos administrativos que mencionam em Resolução específica, com vistas à racionalização e à desburocratização.

Compete ao Conselho Acadêmico: i – apreciar e emitir pareceres técnicos sobre projetos de criação e aperfeiçoamento de cursos, pesquisas e outras atividades desenvolvidas; ii – propor temas e metodologias de ensino e pesquisa a serem desenvolvidos; iii – apreciar assuntos de importância estratégica para os rumos da ENAP, que sejam submetidos à análise pelo Presidente ou pelo Conselho Diretor.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

I - Formação e aperfeiçoamento de agentes públicos, adequados às necessidades e competências dos diferentes segmentos

A Escola atua na formação inicial de carreiras que integram o núcleo estratégico do Estado. Assim, foi concluída a formação inicial para a carreira de Analista de Planejamento e Orçamento (APO) e realizado o curso de ambientação para a carreira de Analista de Infraestrutura. A ENAP é responsável também pelo aperfeiçoamento da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), que em 2012 contabilizou 1.098 conclusões.

A ENAP também foi responsável pela capacitação, no âmbito do Programa de Fortalecimento para a Capacidade de Gestão em Regulação (PROREG), da Casa Civil da Presidência da República, quando foram capacitados 631 servidores, com o objetivo de desenvolver competências de servidores públicos que lidam com o tema da regulação, ajudando na promoção do aprimoramento do modelo institucional das agências reguladoras e no desenvolvimento de mecanismos que assegurem a melhoria da qualidade do sistema regulatório.

Foi ofertado o Programa para Desenvolvimento de Competências para Consultoria no Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (PDCC-SISP), capacitando 50 Analistas em Tecnologia da Informação. Foi desenhado o curso sobre “Avaliação de Intervenções Urbanas”, a ser ofertado em 2013, além da concepção das oficinas “Contratos de Programa de Saneamento Básico”, com a oferta de duas turmas-piloto em 2012, capacitando 65 agentes públicos das esferas municipal, estadual e federal.

Foram realizadas oficinas sobre Contratos de Programa de Saneamento Básico, capacitando 65 agentes públicos das esferas municipal, estadual e federal; e também oficinas sobre Regime Diferenciado de Contratação. Ambas as atividades voltadas ao desenvolvimento de infraestrutura. Além disso, foi desenhado curso sobre Avaliação de Intervenções Urbanas.

A ENAP ofertou cursos de especialização em Gestão Pública, Gestão de Pessoas no Serviço Público e Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social. Realizou também a capacitação técnico-gerencial, por meio de seus cursos de catálogo, em áreas como gestão de pessoas (com foco na gestão por competências), gestão da logística pública, gestão do PPA, gestão orçamentária e financeira, gestão de projetos, gestão de contratos e convênios entre outros, nas modalidades presencial e a distância, além do Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores (DGOS).

II – Atuação em redes nacionais e internacionais de escolas de governo e instituições que apoiam formação de agentes públicos

A Escola atua na coordenação da Rede Nacional de Escolas de Governo, que tem como objetivo aumentar a eficácia das instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos dos três níveis de governo, visando ao compartilhamento de conhecimentos e experiências das escolas de governo, incentivando trabalhos em parceria e a otimização dos esforços para capacitação de servidores. Foi realizado o IX Encontro Nacional das Escolas de Governo, que objetivou incentivar trabalhos em parceria e o compartilhamento de experiências e conhecimento entre instituições de formação do servidor público, buscando melhorar a eficácia das mesmas. Contou com 158 participantes, representando 99 instituições.

A ENAP promoveu cinco reuniões do Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU), previsto no Decreto nº 5.707/2006, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal. Foi celebrado Protocolo de Intenções entre as escolas integrantes com o objetivo de formalizar o interesse comum em realizar ações conjuntas que promovam o fortalecimento das atividades de desenvolvimento de agentes públicos, com vistas à implementação mais eficiente, eficaz e efetiva das políticas públicas e a disseminação do conhecimento para a sociedade.

A ENAP viabiliza parte da oferta do Programa Acadêmico da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP), vinculada ao Centro Latino

Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD). No ano de 2012, a ENAP desenvolveu, na modalidade a distância para servidores brasileiros e de países ibero-americanos. Dando andamento ao Programa Acadêmico 2010-2012 da EIAPP, a ENAP ofertou os Cursos Competências Conversacionais nas Organizações Públicas e Avaliação de Programas Sociais que contaram com a participação de 55 representantes do Brasil, Moçambique e vários países da América Latina.

O programa EUROsociAL II, que é coordenado por um consórcio de instituições, é uma iniciativa de cooperação técnica da Comissão Europeia para promover a coesão social na América Latina por meio do intercâmbio de experiências entre instituições da administração pública de diferentes países europeus e latino-americanos. Em 2012 foram realizadas oficinas, seminários, reuniões e teleconferências em diversas áreas temáticas. A ENAP coordena, em conjunto com o IILA da Itália, a área temática de proteção social.

III – Assessoria aos órgãos da administração pública em temas de gestão pública

Um dos focos estratégicos da ENAP é a atuação nos processos de planejamento dos órgãos da administração pública e nos processos de implementação de políticas públicas. Houve a realização de oficinas de planejamento estratégico para um total de 668 participantes de 15 órgãos.

IV – Desenvolvimento de pesquisas e publicações aplicadas à administração pública

Foram realizadas pesquisas para subsidiar a criação de cursos que contemplem áreas relevantes de políticas públicas específicas, tais como a Especialização em Gestão de Programas e Grandes Projetos de Infraestrutura e a Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos.

Elaboração de três projetos de pesquisa focados na inovação no setor público, na avaliação dos gastos em capacitação pelo governo federal e no perfil das instituições que integram a Rede Nacional de Escolas de Governo.

Foi iniciado um projeto de cooperação com o Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública (CEAG) da Universidade de Brasília. O objeto da cooperação é a elaboração de uma pesquisa ampla sobre a inovação na Administração Pública Federal e elaboração de estudos de casos sobre o tema. O projeto se estende por seis meses e prevê a realização de pelo menos um seminário na ENAP sobre o tema inovação no setor público.

Foram comercializados ou distribuídos 3.608 exemplares impressos e contabilizados 347.237 *downloads* de publicações em formato eletrônico no sítio da Escola. Houve o lançamento do Livro “Ações premiadas na 16ª Edição do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal”.

A Casoteca de Gestão Pública é um acervo virtual de estudos de caso em diversas áreas da administração pública, que se insere nas ações de ensino e aprendizagem organizacional da ENAP. Atualmente, existem 39 casos distribuídos em 16 temas. Sete novos estudos de caso foram publicados, sendo lançados casos inéditos na área de gênero, raça, ética, cooperação internacional, direito e desastres naturais.

1.5 Macroprocessos de Apoio

I - Prospecção e contratação de colaboradores

A ENAP não possui quadro próprio de docentes, dessa forma utiliza-se da contratação de colaboradores temporários para ministrar seus cursos. Por meio do Banco de Colaboradores, a ENAP procura atrair profissionais que somem em seus currículos formação acadêmica e experiência profissional, em especial no setor público. Em 2012 foram elaborados editais para seleção de servidores públicos para compor o cadastro da Escola. Corroboradas a oportunidade e a conveniência de se implementar projetos específicos de natureza especial (tais como assessoria técnica na elaboração de estratégia e projetos de desenvolvimento técnico-gerencial de agentes públicos), foram iniciadas reflexões e pesquisas, no sentido de averiguar a factibilidade de consecução e consequentes formas/instrumentos legais aplicáveis. A intenção da Escola é dar continuidade a essa atividade em 2013, com a expectativa de obter parecer conclusivo que permita o início das referidas ações.

II - Inserção de recursos de TIC em eventos de aprendizagem

Com o intuito de modernizar os recursos que apoiam os eventos de aprendizagem, a ENAP viabilizou a utilização institucional das lousas interativas que se encontravam no Almoxarifado, pendentes de instalação. Houve a substituição de desktop por notebook nas salas de aula e laboratórios, além da utilização do serviço de webconferência disponibilizado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), sem custo para a Escola.

III - Gestão com foco em processos de tomada de decisão, comunicação, monitoramento e avaliação

O Planejamento Estratégico e seus objetivos foram revistos de forma a melhorar a comunicação dos objetivos estratégicos da Escola pelo corpo dirigente, buscando aprimorar o monitoramento das prioridades estratégicas, contribuindo assim para uma gestão mais organizada das atividades da ENAP.

IV - Gestão do conhecimento

A proposta educacional da ENAP está voltada para o ensino de aplicação, com o qual a metodologia de estudos de caso está diretamente relacionada. O ensino de aplicação consiste na estruturação dos processos de aprendizagem em que os alunos são participantes ativos. Incorpora a prática e a vivência profissional dos participantes à intervenção didática, considerando-os como agentes principais de sua aprendizagem. Assim, a Casoteca é um acervo virtual de estudos de caso com foco na administração pública. Os casos são de acesso gratuito e pretendem estimular o uso de técnicas inovadoras para o ensino, cobrindo temas como ética, políticas públicas, diversidade, gestão de programas e projetos, inovação e outros. Em 2012, sete novos estudos de caso foram publicados nas áreas de gênero, raça, ética, cooperação internacional, direito e desastres naturais.

Desenvolvimento do Repositório Institucional Digital, por meio de parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), para implantação da plataforma DSpace.

V- Aperfeiçoar a comunicação como ferramenta de gestão estratégica e de disseminação do conhecimento

Desenhada nova proposta de desenvolvimento do Novo Portal ENAP (Internet/ Intranet), mediante parceria com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM-PR), para concepção do Projeto de Arquitetura da Informação, Web Designer e Planejamento das ações para o desenvolvimento do novo portal.

1.6 Principais Parceiros

- Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE)
- Agência de Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ)
- Agência Nacional de Águas (ANA)
- Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)
- Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
- Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)
- Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)
- Agência Nacional de Transportes Aquáticos (ANTAQ)
- Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)
- Agência Nacional do Cinema (ANCINE)
- Agência Nacional do Petróleo (ANP)
- Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES)
- Embaixada da França
- Embaixada da Noruega
- Embaixada da Nova Zelândia
- Escola de Governo do Estado do Ceará
- Escola de Governo do Estado do Maranhão
- Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Norte
- Escola de Governo do Paraná
- Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP), do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD)
- Fundação Centro de Educação a Distância para o Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (CEDDET)
- Fundação Educacional São Carlos
- Fundação Escola de Governo de MS
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- Fundação Joaquim Nabuco
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Comitê de Estatísticas Sociais
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
- Instituto Municipal de Pesquisas, Administração e Recursos Humanos (IMPARH/CE)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
- Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP)
- Ministério da Fazenda
- Ministério da Saúde
- Ministério das Cidades
- Ministério do Desenvolvimento Social
- Ministério do Meio Ambiente
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)
- Presidência da República
- Programa para *la Cohesión Social* em América Latina (Programa EUROsociAL II)
- Secretaria da Administração do Estado da Bahia

- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)
- Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (GO)
- SERPRO
- Universidade Federal de Roraima
- Universidade Federal do Pará

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) ratificou sua missão de desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade de governo na gestão das políticas públicas. Com o objetivo de produzir impacto direto na qualidade das ações finalísticas dos órgãos, a capacitação dos servidores públicos é realizada de forma integradora, tendo em conta a especificidade de cada tema, abordando os fundamentos que devem embasar toda ação pública, os quais se situam no campo da ética, da democracia e da justiça social.

O planejamento determinou os objetivos estratégicos da Escola a partir de temas transversais que propiciam maior integração e fortalecimento institucional, e projetou a atuação em consonância com os prazos e os macro-objetivos do governo federal, definidos pelo Plano Plurianual do período correspondente. Dessa forma, o processo de elaboração propiciou o estreitamento das relações da ENAP com seus públicos interno e externo. Um processo de aprendizado, envolvendo pactuações em torno de objetivos, metas e parcerias, aprimorou o alinhamento das diversas diretorias e coordenações, orientando-as para objetivos comuns.

A ENAP insere-se no Programa Temático 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 e, nesse sentido, foram desenvolvidas e oferecidas oportunidades de capacitação aos servidores, como cursos de curta e longa duração para gerentes; cursos presenciais e a distância; cursos e eventos internacionais orientados para quadros estratégicos; cursos de formação e aperfeiçoamento de carreiras; especializações; seminários e oficinas; além da realização de pesquisas e eventos com o intuito de disseminar práticas inovadoras na administração pública. Além disso, dentro desse mesmo Programa Temático, a Escola também contribuiu para os seguintes Objetivos:

- 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da administração pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado;
- 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na Administração Pública Federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando a aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas;
- 0608 - Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, visando a otimizar os resultados produzidos para a sociedade;
- 0609 – Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da administração pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.

As ações sob a responsabilidade da ENAP, inseridas no Programa 2038 e no Objetivo 0606 do PPA 2012-2015, são as seguintes:

- Ação 4066 - Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública
- Ação 6273 - Pós-Graduação para Servidores
- Ação 6275 - Pesquisa e Disseminação de Inovação e Conhecimento em

Gestão Pública

- Ação 4068 - Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras

A Escola também participa do Programa 2125 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com as seguintes ações:

- Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

- Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

- Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e

Empregados

- Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados

e seus Dependentes

- Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames

Periódicos

Em 2012 a ENAP avançou na sua capacidade de autoavaliação, que permitiu um diagnóstico institucional mais consistente e que incorporou as condições fundamentais para que a Escola tenha sucesso no apoio à gestão da Administração Pública Federal. Em relação às atividades relevantes desenvolvidas nesse ano, abaixo estão mencionados os fatores essenciais para o alcance dos resultados:

- A realização de parcerias com órgãos demandantes e/ou apoiadores, envolvendo a interlocução com dirigentes tomadores de decisão, e a atuação conjunta com a ENAP, alinhando expectativas e envolvendo a construção de planos de trabalho durante os processos de desenvolvimento de soluções e estratégias para atender às solicitações, contribuíram para a entrega de serviços e produtos mais qualificados.

- A realização de processo seletivo de participantes dos cursos, com análise de perfil e uma seleção criteriosa e cuidadosa, contribuiu para a montagem de turmas mais qualificadas e com perfil mais adequado para o alcance dos objetivos dos cursos;

- O processo de monitoramento das atividades das entidades parceiras (eficiência, índice de evasão, média de alunos por turmas, capilaridade, composição das turmas, capacitação interna), possibilitando à ENAP corrigir desvios indesejados e coordenar as parceiras na eficiência da execução do Programa de Parcerias.

- Os meios utilizados na divulgação dos editais do processo seletivo de servidores públicos federais para o banco de colaboradores da ENAP permitiram um amplo alcance.

- Tratativas com o Ministério da Educação e a composição de um grupo de trabalho com representantes das escolas de governo da União para atuar como interlocutor junto ao MEC possibilitaram às escolas de governo avançarem no processo de credenciamento educacional para oferta de cursos de pós-graduação, frente à edição da Resolução do CNE nº 4, de fevereiro de 2011 e nº 7, de 08 de setembro de 2011;

- A comunicação direta e o empenho efetivo de servidores da ENAP com instituições internacionais viabilizaram apoio financeiro, logístico e contratação de docentes renomados e contribuíram para o alcance dos resultados na área internacional; e

- O fortalecimento das ações nas redes nacionais e internacionais de instituições que apoiam as Escolas de Governo contribuiu para a capacitação dos agentes públicos e o uso e intercâmbio de novas tecnologias em educação.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

A elaboração do Planejamento Estratégico iniciou-se em 2011 e contou com uma fase preparatória de nivelamento de informações em que foram apresentadas as estruturas, as atividades e os temas prioritários de cada área da ENAP, num exercício de mútuo conhecimento das ações desenvolvidas. Em seguida, foram discutidos a identidade da Escola, suas capacidades e potencialidades, os problemas e desafios a serem enfrentados, melhorando o entendimento compartilhado de missão e visão de futuro. Ainda nessa etapa, definiram-se os valores organizacionais e os objetivos estratégicos, além de identificados os nós críticos que impedem o alcance dos objetivos. Para superar esses obstáculos, foram definidas inflexões que expressam os saltos de qualidade almejados. Na etapa seguinte, estabeleceram-se as ações necessárias para o desenvolvimento das inflexões e, posteriormente, sua priorização para os anos 2011/2012.

No início de 2012, aconteceu o detalhamento das ações a serem traduzidas em planos operacionais e, concomitante, iniciaram-se as discussões para a construção do sistema de monitoramento. Ao longo do ano, houve alterações nesse processo, uma vez constatadas as fragilidades operacionais para o monitoramento qualitativo do conjunto de noventa ações propostas (número considerável para a metodologia adotada), com destaque para as dificuldades de obtenção das informações junto às áreas, a inadequação do registro para visualizar o percurso de implementação das ações, a ausência de comunicação com a totalidade da Escola para cultivar o engajamento à proposta e a consequente melhoria dos processos de trabalho.

Para 2013, houve uma revisão do planejamento. Definiu-se o Mapa Estratégico, os objetivos estratégicos da escola (bem como as inflexões) foram revisitados e as ações reorganizadas em projetos. Os objetivos estratégicos foram estruturados segundo a lógica do *Balanced Scorecard* (BSC), nas seguintes perspectivas:

- Pessoas, Tecnologia e Infraestrutura
- Processos Internos
- Resultados Institucionais
- Contribuição para a Administração Pública

Em suma, o processo de planejamento estratégico da ENAP pode ser caracterizado como dinâmico e singular. Dinâmico por conta das frequentes transformações, o que exigiu ajustes no plano para que os objetivos identificados sejam alcançados; singular porque, como qualquer instituição, possui uma trajetória política, cultura organizacional, atores, e uma razão de ser específica, entre outros elementos que a torna particular.

Nesse sentido, embora existam muitas metodologias e instrumentos de planejamento estratégico, o desafio do processo de planejamento da ENAP foi realizar uma leitura sobre sua realidade e identificar nas metodologias existentes contribuições que pudessem trazer para o processo de planejar. Assim, o Planejamento Estratégico utilizou ferramentas do Planejamento Estratégico Situacional (PES) na fase de definição dos Objetivos, Inflexões e Nós Críticos; conceitos do Modelo Lógico para identificar ações a serem realizadas; inspiração nas ferramentas de gerenciamento de projetos para definir prioridades, e instrumentos do *Balanced Scorecard* (BSC) para comunicar sua estratégia e orientar seu processo de monitoramento.

As ações inerentes à “revisão de macroprocessos” já haviam sido previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) em consonância com o Planejamento Estratégico. Ao longo do exercício em foco, foram concentrados esforços na contratação de empresa especializada em mapeamento, automação e melhoria de processos, em parceria com outros órgãos (MEC, MP, MPS e MCTI); sendo que, no âmbito da ENAP

foram priorizados oito macroprocessos (de negócio) no escopo dos serviços objeto da contratação em curso mediante Ata de Registro de Preços conjunta sob a coordenação do MEC na qualidade de Órgão Gestor do Sistema de Registro de Preços (SRP).

As providências adotadas por essa UJ, visando à efetiva adequação aos objetivos estratégicos da Escola, foram: a revisão do Estatuto para adequação da estrutura organizacional, a criação da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e da Coordenação de Gestão da Informação e do Conhecimento e a solicitação de novo concurso para a Escola. Não obstante, também foram realizadas gestões junto ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) no sentido de ampliar o número de Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (GSISP) e de vagas de ATI (Analista de Tecnologia da Informação) em exercício descentralizado na ENAP, com o firme propósito de equacionar solução para ausência de pessoal qualificado em conformidade com o quantitativo mínimo estabelecido no apontamento constante do Relatório Índice de Governança de TI (iGovTI-2012) da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI/TCU).

Quanto às limitações encontradas, pode-se destacar a evasão de servidores devido à aprovação em outros concursos públicos. Ademais, foram realizadas intervenções voltadas à recomposição do quadro, a partir dos requisitos e necessidades identificadas, por meio da captação de servidores em outros órgãos, da promoção de ações de capacitação técnica, do redesenho de estrutura e processos de trabalhos, e ainda, da melhoria das instalações físicas, com vistas ao aumento da segurança e do bem-estar dos servidores.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

O Planejamento Estratégico em todos os níveis do corpo administrativo da República é um fator determinante para o alcance dos objetivos do governo e para a boa consecução das políticas públicas. Foi oferecido aos órgãos e dirigentes, por meio das oficinas de planejamento estratégico, um espaço customizado, orientado por especialistas da área, com intuito de promover a reflexão sobre os desafios organizacionais e a elaboração de seus planos estratégicos, facilitando a tomada de decisão e a articulação das ações estratégicas da organização no contexto da agenda governamental. Ao todo, 15 órgãos foram contemplados, somando aproximadamente 668 participantes.

No que tange à capacitação e considerando as dimensões sociais, econômicas e ambientais ao longo do ciclo de vida de um projeto de grande vulto, a ENAP criou o Programa Avaliação Socioeconômica de Projetos, a fim de desenvolver competências para a avaliação socioeconômica de projetos e assim subsidiar a tomada de decisões na Administração Pública Federal. Como estratégia para ampliar a capacidade de oferta desse programa, foi realizada uma turma especial formando 33 servidores no programa, dos quais 18 se candidataram à docência e realizaram o curso Didática para Facilitadores de Aprendizagem e a Oficina de Avaliação. Desses, 11 docentes foram selecionados para o curso presencial do programa.

Com o objetivo de apoiar a estratégia do Ministério de Saúde de implementação do Decreto 7.508/2011, por meio de apoio a redes de articulação interfederativa, a ENAP implementou cursos para capacitar trabalhadores da saúde em noções básicas de facilitação de processos participativos com foco em planejamento. Foi realizado o curso Desenho e Facilitação de Processos Conversacionais - Planejamento Participativo em Saúde, que capacitou 60 servidores do Ministério da Saúde.

Por solicitação da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, a ENAP capacitou 28 servidores na aplicação de métodos e procedimentos referentes ao

Gerenciamento de Processos de Negócio, por meio do curso Noções Básicas de Gerenciamento de Processos de Negócio com fundamentos de Business Process Management (BPM).

Para apoiar o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), a ENAP atendeu à demanda da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), órgão coordenador do sistema, realizando o Programa para Desenvolvimento de Competências para Consultoria no SISP, objetivando preparar os Analistas em Tecnologia da Informação (ATI), que atuam como consultores internos, para o exercício qualificado e planejamento de suas ações e estratégias de interação com os órgãos integrantes do Sistema. A capacitação envolveu 50 participantes.

O Programa de Parcerias da ENAP, criado em 1996, foi idealizado como uma estratégia de descentralização e difusão dos cursos regulares, com vistas a ampliar a atuação da Escola em território nacional e permitir que servidores lotados nas demais Unidades da Federação participem de atividades regulares de capacitação. São mantidas parcerias com escolas de governo federais, estaduais e municipais. Ocorre, ainda, a capacitação regular dos facilitadores de aprendizagem atuantes nas instituições parceiras. Em 2012, destaca-se a realização de 166 turmas, totalizando 3.455 servidores capacitados fora do Distrito Federal, além de duas reuniões do Programa de Parcerias.

Foi realizado o Programa de Capacitação Gerencial destinado a dirigentes (reitores, pró-reitores, diretores sistêmicos e diretores gerais) da Rede Federal de Educação Profissional, e multiplicadores (docentes e técnicos), em conjunto com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), totalizando 47 eventos (seminários/cursos) e 1.225 capacitações.

Nos cursos ofertados na modalidade a distância (EaD), houve um total de 20.602 participantes, nos seguintes cursos: Atendimento ao Cidadão, Legislação aplicada à Gestão de Pessoas (Lei 8.112/90), Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos (Lei 8.666/93) pregão e registro de preços, Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira, Análise e Melhoria de Processos, Gerência de Projetos: Teoria e Prática, Tutoria On-Line em Organizações Públicas, Gestão de Convênios para Convenientes, Ética e Serviço Público sem e com tutoria.

A Escola viabiliza parte da oferta do Programa Acadêmico da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP), vinculada ao Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD). A ENAP desenvolveu e ofereceu para validação a servidores brasileiros e de países ibero-americanos o curso *Ética y Administración Pública en América Latina*, na modalidade a distância. Também foram ofertados os cursos internacionais sobre Competências Conversacionais nas Organizações Públicas e sobre Avaliação de Programas Sociais, com a participação de 55 representantes do Brasil, Moçambique e diversos países da América Latina.

Para fortalecer a atuação dos servidores da ENAP e de outras Escolas de Governo Federais, foi realizado o Programa de Formação para o Uso das Tecnologias na Educação, com a oferta de sete oficinas presenciais para o desenvolvimento de competências tecnológicas, pedagógicas e de gestão para atuar na formação e desenvolvimento de agentes públicos e, por consequência, torná-los aptos a desenvolver projetos inovadores na formação e na gestão do conhecimento. O Programa capacitou 94 profissionais.

As atividades relacionadas a projetos especiais concentraram-se nos campos da regulação, da cooperação técnica internacional, da gestão da infraestrutura no PAC e do desenvolvimento social e combate à fome, além de participação nos programas internacionais de capacitação de estrangeiros em projetos bilaterais e multilaterais.

O apoio ao fortalecimento da capacidade de regulação ocorreu por meio do desenho e oferta de um programa de capacitação de profissionais que atuam nas agências reguladoras do governo federal. No escopo do Programa de Fortalecimento para a Capacidade de Gestão em Regulação (PROREG), da Casa Civil da Presidência da República, houve a oferta de 21 turmas, com capacitação de 631 servidores públicos.

No atendimento a demandas de projetos especiais, em colaboração com as equipes e dirigentes das Secretarias de Saneamento e de Habitação do Ministério das Cidades, foi desenhado o curso sobre “Avaliação de Intervenções Urbanas”, a ser ofertado em 2013, além da concepção das oficinas “Contratos de Programa de Saneamento Básico”, com a oferta de duas turmas-piloto em 2012, capacitando 65 agentes públicos das esferas municipal, estadual e federal.

Foi concebida e realizada a Oficina sobre o Regime Diferenciado de Contratações, em colaboração com a Secretaria do PAC do Ministério do Planejamento, tendo sido capacitados 135 servidores diretamente envolvidos em processos de contratação de serviços para grandes obras do PAC, além daquelas da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. A oficina também foi desenvolvida para ser disseminada ao público que atua nos estados e municípios brasileiros.

Foram realizadas capacitações em Indicadores de Políticas Sociais e em Competências Conversacionais nas Organizações Públicas, projetos especiais desenvolvidos para atender às demandas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com a oferta de duas turmas.

A ENAP deu continuidade aos investimentos em cursos de pós-graduação *lato sensu*. Assim, foram concluídas a 7ª edição da Especialização em Gestão Pública, a 3ª edição da Especialização em Gestão de Pessoas no Serviço Público e a 1ª edição da Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, elaborada sob a encomenda do MDS.

Foram realizadas pesquisas para subsidiar a criação de cursos que contemplem áreas relevantes de políticas públicas específicas, tais como a Especialização em Gestão de Programas e Grandes Projetos de Infraestrutura, em atendimento às demandas de diversos Ministérios e apoio ao alcance dos objetivos do PAC; e a Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos, demanda da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

Foi realizado o Curso de Ambientação para a Carreira de Analista de Infraestrutura, com 125 alunos concluintes e 85 horas de aula. Também foi concluída a 17ª edição do Curso de Formação para a carreira de Analista de Planejamento e Orçamento, com carga horária de 540 horas e 45 alunos formados. O Programa de Aperfeiçoamento para Carreiras contabilizou 1.098 conclusões, com 1.140 horas-aulas e um total de 40 turmas finalizadas.

A Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH e a ENAP assinaram acordo que visa ao desenvolvimento de um Programa de Capacitação em Cooperação Técnica Internacional (CTI). Este programa tem o objetivo de aumentar a capacidade do Governo Federal na gestão da política de cooperação técnica internacional por meio da capacitação de servidores públicos ou outros agentes que desempenham atividades de interesse público na área, tais como: i) gestores da cooperação internacional (ABC); ii) assessores de departamentos internacionais das instituições brasileiras; iii) dirigentes envolvidos com a CTI e iv) técnicos diretamente envolvidos nas ações e atividades regulares de um projeto de cooperação. O programa final foi desenhado com as

seguintes áreas temáticas: Fundamentos e Práticas da Cooperação Técnica Internacional Brasileira, Gestão por Resultados, Comunicação e Interculturalidade, e Moderação. Até o primeiro semestre de 2012, de maneira experimental, ENAP, ABC e GIZ organizaram a oferta de três cursos que abrangeram as áreas mencionadas. Ao final dessas ofertas, tendo sido avaliados e ajustados, os três cursos foram novamente oferecidos em 2012.

A ENAP e o MDS realizaram cooperação para realização de oito Seminários Internacionais sobre Políticas Sociais para o Desenvolvimento (quatro em 2012 e quatro em 2013) com o objetivo de apresentar a países em desenvolvimento um panorama sobre as estratégias e políticas brasileiras para o enfrentamento das questões sociais, para promoção da proteção social e erradicação da pobreza, de forma a identificar possíveis áreas de cooperação Sul-Sul. Os seminários realizados em 2012 contaram com a participação, além de servidores brasileiros, de 163 servidores de 24 países em desenvolvimento, sobretudo da África e da América Latina.

O projeto de cooperação técnica entre a ENAP e o Instituto Superior de Administração Pública (ISAP), de Moçambique, teve como objetivo colaborar para o aperfeiçoamento da capacidade institucional do Ministério da Função Pública e do ISAP por meio de troca de informações, experiências e metodologias de aprendizagem, bem como capacitação de funcionários públicos moçambicanos. Para isso, foram realizados cursos no Brasil e em Moçambique para dirigentes e técnicos em temas relacionados a desenvolvimento de lideranças, gestão de equipes, gerenciamento de projetos, planejamento estratégico, entre outros. Foram realizadas também oficinas de alinhamento estratégico e visita técnica ao Brasil. Em março de 2012, tendo em vista o fim das atividades do projeto, teve início sua avaliação, mediante entrevistas realizadas no Brasil e em Moçambique com atores-chave envolvidos no projeto. Os resultados dessa avaliação foram apresentados em oficina realizada na ENAP, bem como em reunião na ABC/MRE.

O programa EUROsociAL II é uma iniciativa de cooperação técnica da Comissão Europeia para promover a coesão social na América Latina por meio do intercâmbio de experiências entre instituições da administração pública de diferentes países europeus e latino-americanos. O programa é coordenado por um consórcio de instituições liderado pela Fundação Internacional para Ibero-América de Administração e Políticas Públicas (FIIAPP), da Espanha, outros quatro parceiros europeus (GIZ, da Alemanha; FEI, da França; IILA, da Itália) e três atores latino-americanos (Ação Social, da Colômbia; ENAP, do Brasil; e SICA, de El Salvador). Foram realizadas oficinas, seminários, reuniões e teleconferências nas seguintes áreas temáticas: saúde, educação, proteção social, emprego, finanças, institucionalidade democrática, diálogo social, descentralização, segurança e justiça. A Escola coordena, em conjunto com o IILA, a área temática de proteção social, que tem como principal beneficiário no Brasil o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Foi realizado o IX Encontro Nacional das Escolas de Governo, que objetivou incentivar trabalhos em parceria e o compartilhamento de experiências e conhecimento entre instituições de formação do servidor público, buscando melhorar a eficácia das mesmas. Contou com 158 participantes, representando 99 instituições. Como mecanismo para avançar na organização da Rede, foi constituído um Comitê Gestor da Rede, coordenado pela ENAP, que se reúne bimestralmente.

A ENAP promoveu cinco reuniões do Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU), previsto no Decreto n. 5707/2006, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal. Foi celebrado Protocolo de Intenções entre as escolas integrantes com o objetivo de formalizar o interesse comum em realizar ações conjuntas que promovam o fortalecimento das atividades de desenvolvimento de agentes públicos, com vistas à implementação mais eficiente, eficaz e efetiva das políticas públicas e a disseminação do conhecimento para a sociedade.

Houve a premiação do 16º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal e a realização do 17º Concurso. Todos os relatos das iniciativas premiadas são publicados anualmente em livro e estão disponíveis ao público no Banco de Soluções, na página do Concurso. Além disso, a ENAP realizou a coordenação técnica da 4ª Edição do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM Brasil), juntamente com o IPEA, contabilizando 1.638 inscrições, sendo 918 relativas a organizações da sociedade civil e 720 a prefeituras de todo o Brasil. Foram selecionadas 51 práticas para visitas técnicas e premiadas 20 iniciativas.

A Casoteca de Gestão Pública é um acervo virtual de estudos de caso em diversas áreas da administração pública, que se insere nas ações de ensino e aprendizagem organizacional da ENAP. Atualmente, existem 39 casos distribuídos em 16 temas. Sete novos estudos de caso foram publicados, sendo lançados casos inéditos na área de gênero, raça, ética, cooperação internacional, direito e desastres naturais.

O Sistema Mapa da Oferta de Capacitações tem por objetivo coletar dados da oferta de eventos de capacitação em escolas de governo, nos níveis municipal, estadual e federal, e nos três poderes, visando produzir e disponibilizar informações gerenciais para planejar, coordenar e realizar processos de capacitação, utilizando de forma eficiente a oferta existente. Atualmente o sistema possui informações cadastrais de 196 instituições que integram a Rede de Escolas, sendo que 94 instituições já inseriram informações sobre seus eventos de capacitação. São 4.497 eventos de capacitação registrados, divididos em 41 áreas de conhecimento, sendo que a área de gestão pública responde por 40% dos eventos cadastrados.

Em relação à prospecção e difusão do conhecimento em gestão pública, teve início a elaboração de três projetos de pesquisa focados na inovação no setor público, na avaliação dos gastos em capacitação pelo governo federal e no perfil das instituições que integram a Rede Nacional de Escolas de Governo. Essas pesquisas são realizadas a partir do material empírico fornecido pelo Banco de Soluções do Concurso Inovação e pelo Sistema Mapa, bases de dados mantidas pela ENAP, e também pelo trabalho de prospecção em outros sistemas corporativos do governo federal.

Houve a participação da ENAP no Congresso anual promovido pela *International Research Society for Public Management (IRSPM)*, realizado em Roma, Itália. Os trabalhos apresentados foram *Motivation and Sustainability in innovative Practices in the Brazilian Federal Public Administration e Reflections on the emergence of social participation in public policy agenda: challenges for the form of bureaucratic organization of the State*.

Foram apresentados no V Congresso Consad de Gestão Pública os trabalhos: “Reflexões sobre a emergência da participação social na agenda das políticas públicas: desafios à forma de organização burocrática do Estado” e “Experiências de participação social na administração pública brasileira: análise da 13ª Conferência Nacional de Saúde e da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública”.

No XVII *Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, realizado em Cartagena das Índias, Colômbia, a ENAP foi representada por três dirigentes, que apresentaram trabalhos, tendo coordenado dois dos painéis. Os trabalhos apresentados foram: “Rede Nacional de Escolas de Governo no Brasil: aprendizagens e desafios”, “A realidade de governo como matéria-prima na capacitação de servidores públicos na ENAP”, e “A contribuição de políticas de transparência para a melhoria da qualidade da gestão pública: a implementação da Lei de Acesso à Informação no Ministério do Planejamento”. Os painéis coordenados pela ENAP

tiveram o apoio da Assessoria Internacional da Escola na busca e articulação com participantes de instituições da América Latina.

Foi iniciado um projeto de cooperação com o Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública (CEAG) da Universidade de Brasília. O objeto da cooperação é a elaboração de uma pesquisa ampla sobre a inovação na Administração Pública Federal e elaboração de estudos de casos sobre o tema. O projeto se estende por seis meses e prevê a realização de pelo menos um seminário na ENAP sobre o tema inovação no setor público, com a participação do CEAG/UnB.

Foram produzidos e distribuídos quatro volumes da Revista do Serviço Público (RSP) e promovidas quatro edições do Café com Debate, abordando os seguintes temas: “Lei de Acesso à Informação no Brasil: um passo para o aprofundamento da democracia e os desafios para sua implementação”; “Como os dados abertos vão transformar as práticas do governo e gerar oportunidades para a sociedade”; “Os desafios para a gestão de políticas públicas de Direitos Humanos”; e “A Gestão de Processos na Administração Pública Federal: importância, avanços e desafios”. Ao todo, 653 capacitações foram realizadas.

Ainda com relação às publicações da ENAP, foram comercializados ou distribuídos 3.608 exemplares impressos e contabilizados 347.237 *downloads* de publicações em formato eletrônico no sítio da Escola, totalizando 350.845 itens disseminados. Houve também o lançamento do Livro “Ações premiadas na 16ª Edição do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal”. Por sua vez, além das atividades inerentes da Biblioteca Graciliano Ramos, tais como a divulgação temática de diversas publicações disponíveis no acervo aos públicos de interesse específico, de novas aquisições de livros e principalmente de atendimento ao público, a unidade é responsável pela organização de exposição temática com a finalidade de mostrar o que está inserido no acervo, aproximando a Biblioteca cada vez mais, e de forma proativa, das áreas de ensino e dos eventos da Escola, além de estimular uma maior utilização do acervo pelo público interno. Foram realizadas 10 exposições e abordados os seguintes temas: “Gestão de Risco”, “Gestão de Conflitos”, “Gestão de Crise”, “Inovação na Gestão Pública”, “Acesso à Informação no Brasil”, “Gestão da Informação e do Conhecimento”, “Políticas Públicas em Direitos Humanos”, “Gestão de Pessoas no Serviço Público”, “Qualificação e Valorização dos Servidores Públicos” e “120 anos de nascimento de Graciliano Ramos”.

Em atendimento aos requisitos da Lei de Acesso à Informação (LAI), seguindo os padrões definidos pelo Ministério do Planejamento e a cartilha publicada pela Controladoria Geral da União (CGU), foi desenvolvido o site da LAI. Além disso, foi publicado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), válido para o biênio 2012/2013, de forma a contemplar as necessidades explicitadas pelo Planejamento Estratégico da Escola.

Houve, ainda, a adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que é um programa que visa a implementar a gestão socioambiental sustentável das atividades administrativas e operacionais do Governo. Também foi assinado Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Águas (ANA) para coleta de papel. Além disso, foram adotadas medidas sustentáveis para implantação do sistema de irrigação, instalação de sensores de presença e torneiras de pressão nos banheiros, e aquisição de aparelhos de ar condicionado da linha verde.

Com relação à capacitação dos servidores da ENAP, foram realizadas 1.084 capacitações em 2012, das quais 634 representaram despesa orçamentária para a Escola. Essas capacitações englobam: participação em oficinas, seminários e fóruns; conclusão de cursos de especialização e mestrado; participação de servidores em cursos de língua

estrangeira (inglês e francês); participações nas Oficinas de Avaliação de Desempenho, nas Oficinas de Pactuação de Metas e demais eventos de capacitação previstos no Plano Anual de Capacitação (PACE).

2.4 Indicadores

A ENAP utilizou, em 2012, os seguintes indicadores de desempenho da gestão:

Indicador: Número de Servidores Capacitados

Fórmula de cálculo: Soma total de participantes nos eventos de aprendizagem durante o ano

Resultado: 36.629 servidores capacitados

O índice alcançado reflete o investimento da Escola na ampliação da sua oferta de capacitação à luz da necessidade de apoiar as ações governamentais para a melhoria da gestão pública. Essa ampliação se deu em escala nacional, pela maior oferta de cursos gratuitos a distância e pelo aprimoramento das parcerias com instituições nacionais e internacionais. Também foram promovidos eventos e projetos especiais voltados à capacitação de dirigentes, em atendimento aos Decretos 5.497/05 e 5.707/06 que tratam da priorização de ações voltadas à habilitação de servidores para o exercício de cargos de direção e assessoramento superiores (DAS) e da implantação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP). Além disso, os cursos de formação e aperfeiçoamento de carreiras, de pós-graduação, os eventos para as escolas de governo e as oficinas de planejamento estratégico também contribuíram para o incremento desse indicador.

Indicador: Número de *Downloads* Realizados no Sítio da ENAP

Fórmula de cálculo: Soma total dos *downloads* das seguintes publicações da ENAP: cadernos, livros, revistas, textos para discussão, seminários e catálogo de cursos.

Resultado: 419.666 *downloads* realizados

O número de *downloads* das publicações ENAP vem crescendo sistematicamente ao longo dos últimos anos, saltando de 334 mil itens em 2011 para 419 mil em 2012. Esses números revelam tanto a atualidade e a qualidade das publicações ENAP quanto o crescente interesse dos usuários pelas publicações eletrônicas da Escola.

Indicador: Número de Horas de Capacitação Realizadas

Fórmula de cálculo: Soma total da carga horária realizada por participantes dos eventos de aprendizagem durante o ano.

Resultado: 923.741 horas de capacitação realizadas

O resultado desse indicador engloba atividades com cargas horárias variadas.

3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 Estrutura de Governança

Internos

Comissão de Ética

Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008;
Art. 2º, do Decreto nº 1.171/1994;
Art. 8º, do Decreto nº 6.029/2007.

Comissão de Acervo Bibliográfico da ENAP:

Portaria nº 146, de 08 de agosto de 2012

Atribuições da Comissão:

- Propor ao Conselho Diretor da ENAP aquisições de publicações para compor o acervo da Biblioteca;
- Propor à Presidência da ENAP celebração de instrumentos de cooperação técnica com instituições congêneres;
- Elaborar e submeter à Presidência da ENAP normas de acesso e utilização do acervo da Biblioteca;
- Propor e divulgar planejamento anual para as aquisições de publicações;
- Incentivar as diretorias e as assessorias a contribuírem com sugestões de títulos de livros e periódicos para aquisição;
- Pesquisar e reunir material bibliográfico de interesse, disperso na ENAP, para o acervo da Biblioteca;
- Levantar as reais necessidades de material bibliográfico, junto aos professores, visando à otimização no aprendizado de alunos e suporte informacional necessário ao corpo docente.
- Propor títulos de livros estrangeiros para possíveis traduções;
- Avaliar as publicações do acervo bibliográfico da Biblioteca para descarte.

Comissão de Assessoramento à Classificação de Informações Sigilosas da ENAP

Portaria nº 83, de 27 de abril de 2012

A Comissão terá como atribuição:

- Assessorar as autoridades classificadoras ou autoridade hierarquicamente superior competente quanto à correta classificação das informações sensíveis, segundo os

dispositivos da Lei nº 12.527, de 2011;

- Propor à autoridade classificadora ou autoridade hierarquicamente superior competente para dispor sobre a desclassificação ou reclassificação das informações sigilosas produzidas e acumuladas no âmbito das Unidades Administrativas deste Ministério de acordo com a Lei nº 12.527, de 2011.

Comissão de Apoio à Gestão das Ações de Capacitação em Idiomas dos Servidores da ENAP

Portaria nº 80, de 16 de julho de 2009, que revoga a Portaria nº 18, de 15 de fevereiro de 2008

A Comissão terá as seguintes atribuições:

- Acompanhar e propor diretrizes para as ações de capacitação em idiomas;
- Deliberar acerca dos servidores que serão contemplados no processo de seleção, quando houver excesso de demanda;
- Deliberar sobre situações imprevistas por demanda da Coordenação de Recursos Humanos.

Comitê Gestor para os sites da ENAP e o Grupo de Administradores de Conteúdos dos sites da ENAP

Portaria nº 173, de 25 de setembro de 2012

O Comitê Gestor terá por finalidade monitorar, debater e definir questões relacionadas aos sites da ENAP.

O Grupo de Administradores de Conteúdos (GAC) será responsável pela atualização permanente dos conteúdos dos sites da Escola, por meio de revisões periódicas e da intermediação das necessidades de comunicação digital de cada área com a Coordenação-Geral de Comunicação.

Comissão de Coleta Seletiva Solidária da ENAP

Portaria nº 80, de 23 de julho de 2007

Comissão responsável por implementar e supervisionar a separação dos resíduos recicláveis descartados no âmbito da ENAP, bem como a sua destinação para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme dispõe o Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006.

Comitê de Tecnologia da Informação (CTI)

Portaria nº 135, de 24 de setembro de 2009

Instância diretiva de caráter estratégico e deliberativo, para tratar de questões relativas à Tecnologia da Informação.

Objetivos do Comitê:

- Promover o alinhamento das ações de Tecnologia da Informação (TI) às diretrizes estratégicas da ENAP;
- Promover a utilização planejada e coordenada de serviços e recursos de TI para dar suporte às necessidades operacionais da ENAP;
- Colaborar para que a ENAP se adapte rapidamente a mudanças de circunstâncias tecnológicas ou de gestão e a novas demandas operacionais; e
- Identificar e implementar continuamente oportunidades de melhoria de desempenho das atribuições da ENAP.

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Portaria nº 240, de 6 de dezembro de 2012

Comissão responsável pela condução e articulação dos processos de avaliação internos da instituição, bem como pela sistematização e prestação das informações solicitadas pelo MEC, no âmbito das etapas avaliativas estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Objetivos da Comissão:

- Coordenar os processos internos de avaliação da ENAP, considerando-se as diferentes dimensões institucionais expressas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), por meio de análise da coerência entre o estabelecido no PDI e as políticas institucionais efetivamente realizadas;
- Sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
- Estimular o debate e o planejamento de melhorias nas atividades-meio e fim da ENAP, objetivando a busca da excelência na qualidade do ensino, da pesquisa e da difusão do conhecimento;
- Aperfeiçoar permanentemente o processo de avaliação institucional da ENAP, na busca da garantia da qualidade de suas ações educacionais;
- Sensibilizar permanentemente a comunidade institucional para os processos de avaliação.

Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável da ENAP

Portaria nº 259, de 20 de dezembro de 2012

A Comissão será responsável por elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da ENAP, conforme determina o § 2º do art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 10, de 12 de novembro de 2012.

Conselho Acadêmico da ENAP

Resolução nº 3, de 20 de agosto de 2007

Conselho de caráter consultivo, com a finalidade de qualificar o desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa da Escola.

Competências do Conselho:

- Apreciar e emitir pareceres técnicos sobre projetos de criação e aperfeiçoamento de cursos, pesquisas e outras atividades desenvolvidas pela Escola;
- Propor temas e metodologias de ensino e pesquisa a serem desenvolvidos pela ENAP;
- Apreciar assuntos de importância estratégica para os rumos da ENAP, que sejam submetidos à análise pelo Presidente ou pelo Conselho Diretor da Escola.

Comissão de Avaliação de Servidores (CAS)

Resolução nº 08, de 07 de junho de 2011

Atribuições:

- Planejar e propor ao Conselho Diretor os procedimentos gerais referentes à operacionalização de toda e qualquer avaliação a que se submetem os servidores lotados na ENAP, observando-se os requisitos legais específicos, com o objetivo de aprimorar e racionalizar sua aplicação, intervindo de forma a solucionar situações de conflito;
- Julgar, em última instância, os eventuais recursos interpostos aos resultados das avaliações individuais, exceto nos casos especificados em lei;
- Acompanhar todo o processo avaliativo, com o objetivo de aprimorar sua aplicação e verificar se todos os procedimentos estão sendo cumpridos;

- Revisar e propor alterações, sempre que necessário, dos instrumentais de cada avaliação, respeitada a legislação específica vigente;
- Realizar, continuamente, estudos e projetos visando a aperfeiçoar os procedimentos pertinentes à sistemática de avaliação.

Comissão Editorial Permanente da ENAP

Portaria nº 90, de 08 de maio de 2012

Atribuições da Comissão:

- Acompanhar a implementação da política editorial da ENAP;
- Avaliar e aprovar publicações da ENAP (não se enquadrando neste caso, o material didático e as publicações específicas para os cursos da escola);
- Aprovar projetos gráficos das publicações da ENAP;
- Propor, avaliar e aprovar temas a serem abordados pela Revista do Serviço Público e pelas publicações da ENAP;
- Avaliar e aprovar a pauta de matérias de cada número da Revista do Serviço Público.

Conselho Diretor

Portaria nº 283, de 22 de setembro de 2006

Compete ao Conselho Diretor:

- Apreciar os assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente ou por qualquer dos demais membros;
- Aprovar as normas gerais da administração;
- Manifestar-se sobre o programa geral de trabalho, os planos anuais, a proposta orçamentária e a programação dos recursos; iv - opinar sobre o relatório de atividades e a prestação anual de contas; manifestar-se, quando solicitado pelo Presidente, sobre contratos, convênios, acordos e ajustes previstos no plano anual de trabalho;
- Examinar e acompanhar a execução orçamentária e financeira;
- Manifestar-se sobre a alienação de bens imóveis. O Conselho Diretor poderá autorizar a prática, por titulares dos órgãos integrantes da estrutura organizacional da ENAP, dos atos administrativos que mencionam em resolução específica, com vistas à racionalização e à desburocratização.

Externos

Comitê Gestor da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP)

Decreto nº 5.707/2006

Finalidades do Comitê:

- Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;
- Desenvolvimento permanente do servidor público;
- Adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o Plano Plurianual;
- Divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e
- Racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.

Conselho Consultivo da Escola Federal de Governo em Saúde (FIOCRUZ)

Ofício nº 128/2011-PR/Fiocruz (mai/2011) e Ofício nº 659/2011/Presidência-ENAP (jun/2011)

Caráter consultivo

Contribuir para as tomadas de decisão da EGS, avaliação do trabalho, formação de parcerias e receber as demandas das instituições participantes.

Conselho Consultivo do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo - Frente Nacional de Prefeitos (FNP)

Ofício nº 392/2011/Presidência-ENAP

Comitê Gestor do Prêmio DEST de monografias - Empresas Estatais (Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST)

Portaria MP nº 113, de 1º de junho de 2005

- Elaborar o Regulamento do Prêmio DEST/MP de Monografias - Estatais;
- Divulgar o Prêmio;
- Indicar a banca examinadora das monografias;
- Organizar a cerimônia de entrega dos prêmios;
- Providenciar a publicação das monografias premiadas.

Comitê Técnico de Seleção do Prêmio ODM

Portaria SG/PR nº 256, de 29 de julho de 2011

Função: apoiar as atividades da Coordenação-Geral do Prêmio ODM.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro II – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X

Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica: O preenchimento do Quadro é resultado de consenso a que chegou o Conselho Diretor da ENAP durante reunião de seus membros. A alta direção da Escola percebe os procedimentos de controle interno estabelecidos na UJ como adequados às peculiaridades da Entidade, além de fundamentais para que os atos administrativos praticados estejam sempre em consonância com os regramentos estabelecidos pelo TCU e pelo OCI.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro III – Programa de Governo constante do ppa – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2038			
Título	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública			
Órgão Responsável	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		45.491.227,00		
b) Outras Fontes				
c) Subtotais (a + b)				
d) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
7.770.207,16	6.597.963,51	0,00	1.172.243,65	6.597.963,51
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0579	Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		
0605	Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		
0606	Aperfeiçoar a gestão de pessoas na Administração Pública Federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		
0607	Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		
0608	Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		

0609	Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.	Presidência da República
0871	Garantir base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.	Advocacia-Geral da União
0956	Garantir segura base jurídica na formulação, implementação e defesa das Políticas Públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.	Advocacia-Geral da União

Obs.: O Programa 2038 não está sob a responsabilidade da ENAP.

4.1.2 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro IV – iniciativa 029P

Identificação da Iniciativa						
Código	029P					
Descrição	Ampliação de estudos e pesquisas para o planejamento e a gestão de políticas públicas, inclusive com o intercâmbio de experiências com outros países por meio da cooperação internacional					
Objetivo	0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado					
Órgão ou Unidade Responsável	ENAP					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Obs.: Não existem valores associados à iniciativa e nem foram definidas metas para a mesma.

Foram realizadas pesquisas para subsidiar a criação de cursos que contemplem áreas relevantes de políticas públicas específicas, tais como a Especialização em Gestão de Programas e Grandes Projetos de Infraestrutura e a Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos.

Houve a premiação do 16º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal e a realização do 17º Concurso. Além disso, a ENAP realizou a coordenação técnica da 4ª Edição do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM Brasil), juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A Casoteca de Gestão Pública é um acervo virtual de estudos de caso em diversas áreas da administração pública, que se insere nas ações de ensino e aprendizagem organizacional da ENAP. Atualmente, existem 39 casos distribuídos em 16 temas. Em 2012, sete novos estudos de caso foram publicados, sendo lançados casos inéditos na área de gênero, raça, ética, cooperação internacional, direito e desastres naturais.

Em relação à prospecção e difusão do conhecimento em gestão pública, teve início a elaboração de três projetos de pesquisa focados na inovação no setor público, na avaliação dos gastos em capacitação pelo governo federal e no perfil das instituições que integram a Rede Nacional de Escolas de Governo. Houve também a adesão ao grupo de pesquisa *IIAS Project Group on Security and Safety*, do *International Institute of Administrative Sciences (IIAS)*, Instituto de pesquisas sobre administração pública, com

sede na Bélgica, do qual a ENAP é associada e para o qual o governo brasileiro realiza contribuição anual por intermédio do Ministério do Planejamento. O grupo de pesquisa visa a estimular a preparação de estudos de caso e trabalhos nacionais e internacionais sobre gestão de crises, produzindo insumos para o seminário anual do IIAS, realizado em junho de 2012, no México, e para uma publicação do IIAS em 2013.

A ENAP também coordenou um estudo sobre as premiações de gestão existentes no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão visando a compreender a abrangência das premiações existentes e seus resultados.

Foi iniciado um projeto de cooperação com o Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública (CEAG) da Universidade de Brasília. O objeto da cooperação é a elaboração de uma pesquisa ampla sobre a inovação na Administração Pública Federal e elaboração de estudos de casos sobre o tema. O projeto prevê a realização de pelo menos um seminário sobre o tema inovação no setor público.

Houve a participação da ENAP no Congresso anual promovido pela *International Research Society for Public Management (IRSPM)*, realizado em Roma, Itália. No *XVII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, realizado em Cartagena das Índias, Colômbia, a ENAP apresentou os seguintes trabalhos: “Rede Nacional de Escolas de Governo no Brasil: aprendizagens e desafios”, “A realidade de governo como matéria-prima na capacitação de servidores públicos na ENAP”, e “A contribuição de políticas de transparência para a melhoria da qualidade da gestão pública: a implementação da Lei de Acesso à Informação no Ministério do Planejamento”.

No contexto da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP), foi elaborado o curso, a distância, Ética e Administração Pública na América Latina, que contou com uma turma-piloto capacitada. Também iniciaram-se capacitações de servidores brasileiros envolvidos em projetos de cooperação internacional de diversos órgãos, por meio do Programa de Capacitação em Cooperação Técnica Internacional.

A ENAP e o MDS realizaram cooperação para realização de oito Seminários Internacionais sobre Políticas Sociais para o Desenvolvimento (quatro em 2012 e quatro em 2013) com o objetivo de apresentar a países em desenvolvimento um panorama sobre as estratégias e políticas brasileiras para o enfrentamento das questões sociais, para promoção da proteção social e erradicação da pobreza, de forma a identificar possíveis áreas de cooperação Sul-Sul. Os seminários realizados em 2012 contaram com a participação, além de servidores brasileiros, de 163 servidores de 24 países em desenvolvimento, sobretudo da África e da América Latina.

O projeto de cooperação técnica entre a ENAP e o Instituto Superior de Administração Pública (ISAP), de Moçambique, teve como objetivo colaborar para o aperfeiçoamento da capacidade institucional do Ministério da Função Pública e do ISAP por meio de troca de informações, experiências e metodologias de aprendizagem, bem como capacitação de funcionários públicos moçambicanos. Foram realizados cursos no Brasil e em Moçambique para dirigentes e técnicos em temas relacionados a desenvolvimento de lideranças, gestão de equipes, gerenciamento de projetos, planejamento estratégico, entre outros. Também foram realizadas oficinas de alinhamento estratégico e visita técnica ao Brasil. Em março de 2012, tendo em vista o fim das atividades do projeto, teve início sua avaliação, mediante entrevistas realizadas no Brasil e em Moçambique com atores-chave envolvidos no projeto. Os resultados dessa avaliação foram apresentados em oficina realizada na ENAP, bem como em reunião na ABC/MRE.

Pelo programa EUROsocial II, foram realizadas oficinas, seminários, reuniões e teleconferências nas seguintes áreas temáticas: saúde, educação, proteção social, emprego, finanças, institucionalidade democrática, diálogo social, descentralização, segurança e justiça.

Quadro V – Iniciativa 02d6

Identificação da Iniciativa						
Código	02D6					
Descrição	Implementação de política de desenvolvimento de pessoas na Administração Pública Federal					
Objetivo	0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na Administração Pública Federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas					
Órgão ou Unidade Responsável	ENAP / SEGEP					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Obs.: Não existem valores associados à iniciativa e nem foram definidas metas para a mesma.

A ENAP compõe, juntamente com o Ministério do Planejamento, o Comitê Gestor da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), conforme determinação do Decreto nº 5.707/2006. Assim, a Escola tem papel fundamental na PNDP, que tem como finalidade: melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; desenvolvimento permanente do servidor público; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o Plano Plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.

Para implementação e fortalecimento da política, a ENAP oferta o curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão de Pessoas no Serviço Público, que tem por objetivo desenvolver competências em gestão estratégica de pessoas, em consonância com a política, contribuindo para sua consolidação e para o aprimoramento da gestão na administração pública.

A ENAP também oferta o Programa de Capacitação em Gestão de Pessoas, que objetiva oferecer aos participantes a oportunidade de conhecer e exercitar a aplicação de gestão na área de pessoal e refletir sobre as principais questões e desafios da atualidade para o desenvolvimento de competências no setor público, em um contexto de forte demanda por políticas eficazes e serviços de qualidade. Compõem o programa os seguintes cursos: Legislação Aplicada a Gestão de Pessoas – Lei nº 8.112/90 e Legislação Complementar (a distância), Gestão de pessoas: fundamentos e tendências, Gestão por Competências, Elaboração de planos de capacitação, A Legislação de Pessoal e o Siape como Instrumento de Gestão, Oficina de desenvolvimento de Equipes e Gestão Estratégica de pessoas e Planos de Carreiras (a distância).

Ainda em 2012 foram realizadas cinco reuniões do Sistema de Escolas de Governo da União, previsto no Decreto nº 5.707/2006. Nessas reuniões foram discutidas ações para promover o fortalecimento das atividades de desenvolvimento de agentes públicos e da sociedade, com vistas à implementação das políticas públicas e à disseminação do conhecimento para o aperfeiçoamento da gestão pública, orientada à melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos. Além disso,

foi celebrado Protocolo de Intenções entre as escolas integrantes com o objetivo de formalizar o interesse comum em realizar ações conjuntas que promovam o fortalecimento das atividades de desenvolvimento de agentes públicos.

Foi realizada reunião do Comitê Gestor da PNDP, que tratou do funcionamento do Comitê e das iniciativas relacionadas aos processos de capacitação e desenvolvimento de pessoas. A Escola também participou do III Encontro Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, que objetivou aprimorar a implementação da Política.

Quadro Vi – Iniciativa 02dh

Identificação da Iniciativa						
Código	02DH					
Descrição	Fortalecimento da rede de escolas de governo de forma a aperfeiçoar o desenvolvimento de recursos humanos					
Objetivo	0608 - Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade					
Órgão ou Unidade Responsável	ENAP					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Obs.: Não existem valores associados à iniciativa e nem foram definidas metas para a mesma.

Realização do IX Encontro Nacional das Escolas de Governo, a fim de incentivar trabalhos em parceria e o compartilhamento de experiências e conhecimento entre instituições de formação de servidores públicos, buscando melhorar a eficácia das mesmas. O Encontro contou com 158 participantes, representando 99 instituições. Como mecanismo para avançar na organização da Rede de Escolas foi constituído um Comitê Gestor, coordenado pela ENAP, além da continuidade do mapeamento da oferta de capacitações mediante o Sistema Mapa, ferramenta disponibilizada às 196 instituições integrantes da Rede Nacional de Escolas de Governo, presentes nas esferas municipal, estadual e federal.

4.1.3 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro VII - Ação Desenvolvimento Gerencial da Administração Pública

Identificação da Ação						
Código	4066					
Descrição	Desenvolvimento Gerencial da Administração Pública					
Iniciativa	02D6 - Implementação de política de desenvolvimento de pessoas na Administração Pública Federal					
Unidade Responsável	Diretoria de Desenvolvimento Gerencial					
Unidade Orçamentária	Fundação Escola Nacional de Administração Pública					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.440.000,00	8.496.000,00	5.728.538,92	4.956.207,41	0,00	772.331,51	4.956.207,41
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Capacitação realizada	unidade	40.000	34.230	8.496.000,00	4.956.207,41

Quadro VIII – Ação Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras

Identificação da Ação						
Código	4068					
Descrição	Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras					
Iniciativa	02D6 - Implementação de política de desenvolvimento de pessoas na Administração Pública Federal					
Unidade Responsável	Diretoria de Formação Profissional					
Unidade Orçamentária	Fundação Escola Nacional de Administração Pública					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
630.000,00	1.130.000,00	888.827,05	888.827,05	0,00	500,00	888.327,05
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aluno formado	unidade	1.500	1.377	1.130.000,00	888.327,05

Quadro IX – Ação Pós-graduação para Servidores Públicos

Identificação da Ação						
Código	6273					
Descrição	Pós-Graduação para Servidores Públicos					
Iniciativa	02D6 - Implementação de política de desenvolvimento de pessoas na Administração Pública Federal					
Unidade Responsável	Diretoria de Formação Profissional					
Unidade Orçamentária	Fundação Escola Nacional de Administração Pública					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
700.000,00	630.000,00	563.404,27	495.804,27	0,00	67.600,00	495.804,27
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aluno formado	unidade	90	82	630.000,00	495.804,27

Quadro X – Ação Pesquisa e Disseminação de Inovação e Conhecimento em Gestão Pública

Identificação da Ação						
Código	6275					
Descrição	Pesquisa e Disseminação de Inovação e Conhecimento em Gestão Pública					
Iniciativa	02D6 - Implementação de política de desenvolvimento de pessoas na Administração Pública Federal					
Unidade Responsável	Diretoria de Comunicação e Pesquisa					
Unidade Orçamentária	Fundação Escola Nacional de Administração Pública					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.130.000,00	1.130.000,00	589.436,92	257.624,78	0,00	331.812,14	257.624,78
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Exemplar disseminado	unidade	225.000	438.532	1.130.000,00	257.624,78

Análise crítica

Ação 4066 - Desenvolvimento Gerencial da Administração Pública

A meta inicial de 40 mil servidores capacitados foi definida a partir da LOA (R\$ 8.496.000,00). Contudo, como o orçamento foi contingenciado em R\$ 2.722.413,00, o novo limite passou a ser R\$ 5.773.587,00. Assim, a nova meta física da ação passaria a ser 27.100 servidores capacitados, tendo em vista que o limite orçamentário possui forte relação com a meta física.

Ação 4068 - Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras

O total de 1.377 capacitações corresponde a capacitações realizadas no Programa de Aperfeiçoamento para Carreiras, no curso de Ambientação para Analistas de Infraestrutura e no curso de Formação Inicial para Analistas de Planejamento e Orçamento. A ação alcançou 92% da meta prevista. Isso se deve às desistências de alunos matriculados nos cursos oferecidos no Programa de Aperfeiçoamento para Carreiras, em geral, por motivo da interposição de outros compromissos profissionais. Foram realizadas 1.756 matrículas nos cursos do programa, com 1.207 efetivamente concluídas, o que correspondeu a 31,3% de desistentes.

Ação 6273 – Pós-Graduação para servidores públicos

Foram concluídas as Especializações em Gestão Pública (7ª edição), em Gestão de Pessoas (3ª edição) e em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social (1ª edição). Ademais, tiveram continuidade as Especializações em Gestão Pública (8ª edição) e em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social (2ª edição).

Ação 6275 – Pesquisa e Disseminação de Inovação e Conhecimento em Gestão Pública

O número de exemplares disseminados pela ENAP tem sido maior do que o previsto, mesmo que a Escola não recorra a ações amplas de divulgação de suas publicações. Esse aumento se deve ao número de *downloads* de publicações ocorridos em nossa página eletrônica, que oscila bastante de um mês a outro. A especificidade dos temas de trabalhos nos materiais produzidos, que se restringem a assuntos correlatos à gestão pública, supõe o interesse de público circunscrito às esferas administrativas estatais. Contudo, o material está disponível para todas as pessoas com acesso à internet, sem necessidade de cadastro prévio na página da ENAP, o que aumenta seu potencial de disseminação e traz elementos de imprevisibilidade aos números que serão atingidos.

Esta ação possui crédito oriundo de emenda orçamentária, no valor de R\$ 200.000,00, proposta por parlamentar do Estado do Rio de Janeiro, destinada a apoio a pesquisa naquele Estado; não houve execução de tal crédito.

Há execução de dotação descentralizada no valor de R\$ 97.107,04 (empenhada e inscrita em restos a pagar não processados).

4.1.4 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro XI – Programa de Governo constante do ppa – de Gestão e Manutenção

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa	2125					
Título	Programa de Gestão e Manutenção					
Órgão Responsável	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
28.569.435,00	30.498.227,00	29.387.421,63	28.474.258,64	0,00	913.162,99	28.474.258,64

4.1.5 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro XII – Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Unidade Responsável	Diretoria de Gestão Interna					
Unidade Orçamentária	Escola Nacional de Administração Pública					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
300.000,00	300.000,00	268.873,69	268.653,69	0,00	220,00	268.653,69
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor capacitado	unidade	200	630	300.000,00	268.653,69

Quadro XIII – Ação Auxílio-alimentação aos Servidores e Empregados

Identificação da Ação						
Código	2012					
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Diretoria de Gestão Interna					
Unidade Orçamentária	Escola Nacional de Administração Pública					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
720.000,00	720.000,00	662.167,83	662.167,83	0,00	0,00	662.167,83
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	197	181	720.000,00	662.167,83

Quadro XIV – Ação Auxílio-transporte aos Servidores e Empregados

Identificação da Ação						
Código	2011					
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Diretoria de Gestão Interna					
Unidade Orçamentária	Escola Nacional de Administração Pública					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
78.000,00	78.000,00	43.061,79	43.061,79	0,00	0,00	43.061,79
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	42	103	78.000,00	43.061,79

Quadro XV – Ação Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Identificação da Ação						
Código	2010					
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Diretoria de Gestão Interna					
Unidade Orçamentária	Escola Nacional de Administração Pública					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
18.000,00	20.000,00	19.313,50	19.313,50	0,00	0,00	19.313,50
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criança atendida	unidade	16	18	20.000,00	19.313,50

Quadro XVI – Ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes

Identificação da Ação						
Código	2004					
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
Unidade Responsável	Diretoria de Gestão Interna					
Unidade Orçamentária	Escola Nacional de Administração Pública					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
144.000,00	144.000,00	126.098,00	126.098,00	0,00	0,00	126.098,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa beneficiada	unidade	126	129	144.000,00	126.098,00

Quadro XVII – Ação Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Identificação da Ação						
Código	20CW					
Descrição	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos					
Unidade Responsável	Diretoria de Gestão Interna					
Unidade Orçamentária	Escola Nacional de Administração Pública					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
21.780,00	21.780,00	21.780,00	0,00	0,00	21.780,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa beneficiada	unidade	121	175	21.780,00	0,00

Quadro XVIII – Ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos

Identificação da Ação						
Código	09HB					
Descrição	Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos					
Unidade Responsável	Diretoria de Gestão Interna					
Unidade Orçamentária	Escola Nacional de Administração Pública					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.626.663,00	1.711.663,00	1.675.328,37	1.675.328,37	0,00	0,00	1.675.328,37
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
						1.711.663,00
						1.675.328,37

Quadro XIX – Ação Administração da Unidade

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da unidade					
Unidade Responsável	Diretoria de Gestão Interna					
Unidade Orçamentária	Escola Nacional de Administração Pública					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.870.413,00	9.870.413,00	9.807.905,39	8.998.719,47	0,00	809.185,92	8.998.719,47
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
						9.870.413,00
						8.998.719,47

Quadro XX – Ação Pagamento de Pessoal Ativo da União

Identificação da Ação							
Código	20TP						
Descrição	Pagamento de pessoal ativo da união						
Unidade Responsável	Diretoria de Gestão Interna						
Unidade Orçamentária	Escola Nacional de Administração Pública						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
15.790.579,00	16.940.579,00	16.762.893,06	16.680.915,99	0,00	81.977,07	16.680.915,99	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
						16.940.579,00	16.680.915,99

Análise Crítica

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

A superação da meta física da ação deve-se à implantação do Plano Anual de Capacitação da ENAP (PACE), elaborado com o desafio de capacitar os servidores para a execução dos objetivos que integram o Planejamento Estratégico (PE) da Escola, e também à realização das Oficinas sobre Avaliação de Desempenho que envolveu a participação de todos os servidores da ENAP. Em contrapartida, a execução financeira ficou dentro do previsto, pois, com a contratação de docentes para ministrarem cursos previstos no PACE, foi possível capacitar um número expressivo de servidores com maior otimização do recurso.

Obs.: Para o Relatório Anual de Capacitação, de responsabilidade do MP, foram considerados 215 servidores capacitados, tendo em vista que nesse relatório o servidor é contabilizado somente uma vez.

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

A meta desta ação é variável, pois é determinada de acordo com a movimentação de servidores no órgão. O decréscimo se dá a partir do egresso dos servidores.

Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

A meta física prevista para o exercício de 2012 foi encaminhada pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e ratificada, à época, pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da ENAP equivocadamente, tendo em vista que temos em média 100 servidores beneficiários que percebem mensalmente o auxílio-transporte. Além disso, cabe ressaltar que a variação de remuneração altera o valor do benefício, ou seja, quanto maior a remuneração, menor o valor do benefício, considerando o percentual de 6% sobre o valor básico do vencimento, conforme Art. 9º, Inciso I do Decreto nº 95.247 de 17 de novembro de 1987. Assim, pode-se deduzir que o orçamento realizado está em consonância com a meta física realizada ao ser comparado com o ano anterior.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

A meta desta ação é variável, pois é determinada de acordo com a taxa de natalidade ocorrida no período em questão.

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

A meta desta ação é variável. De acordo com a Portaria Normativa MP nº 05, de 11 de outubro de 2010, a assistência à saúde do servidor, a cargo dos órgãos, será prestada mediante convênio com operadoras de plano de assistência à saúde na modalidade de autogestão, contrato com operadoras de plano de saúde, serviço prestado diretamente pelo órgão ou auxílio de caráter indenizatório. A ENAP para cumprir essa meta oferece o Plano de Saúde aos seus servidores, por meio do contrato com a AMIL, e também por meio do auxílio indenizatório para o servidor que contratar outro plano de saúde e solicitar o seu reembolso. O reembolso do auxílio indenizatório pode ser solicitado pelo servidor a partir da contratação do plano de saúde. Em decorrência disso, há alteração na meta prevista ao longo do exercício.

Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Do total da meta física realizada (175 servidores beneficiados), 41 benefícios referem-se ao ano de 2011, que somente foram contabilizados em janeiro de 2012; e 134 servidores beneficiados referem-se ao exercício 2012.

4.2 Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro XXI – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundação Escola Nacional de Administração Pública	47210	114702

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro XXII – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	20.524.242	22.093.336			21.272.630	21.913.628	
	PLOA	20.524.242	22.151.950			21.343.043	21.913.628	
	LOA	20.524.242	22.151.950			21.343.043	21.913.628	
CRÉDITOS	Suplementares	1.685.000	3.134.000			2.000,00	2.925.000	
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						2.261.528
		Reabertos						
	Créditos Cancelados			2.908			514.000	4.380.000
Outras Operações								
Total		22.209.242	22.620.042			20.831.04	22.720.156	

Fonte: SIAFI / SIAFI GERENCIAL.

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro XXIII – Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	1.709.150	1.972.500				
	PLOA	1.709.150	1.972.500				
	LOA	1.709.150	1.972.500				
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos *	741.792				
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total		2.450.942	1.972.500				

Fonte: SIAFI / SIAFI GERENCIAL

Nota: Crédito aberto pela Presidência da República para antecipar dotação de investimento em 2013 (MP 598)

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro XXIV – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	21.272.630,00	21.913.628,00	1.709.150,00	1.972.500,00		
	PLOA	21.343.043,00	21.913.628,00	1.709.150,00	1.972.500,00		
	LOA	21.343.043,00	21.913.628,00	1.709.150,00	1.972.500,00		
CRÉDITOS	Suplementares	2.000,00	2.925.000,00				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos *			741.792,00		
		Reabertos		2.261.528,00			
Créditos Cancelados	514.000,00	4.380.000,00					
Outras Operações							
Total		20.831.043,00	22.720.156,00	2.450.942,00	1.972.500,00		

Fonte: SIAFI / SIAFI GERENCIAL

*Nota: Crédito aberto pela Presidência da República para antecipar dotação de investimento em 2013 (MP 598)

Análise Crítica

A programação orçamentária da ENAP em 2012 teve por base os limites estabelecidos pelo Ministério do Planejamento, considerando, principalmente, a série histórica de execução da Escola nos últimos exercícios financeiros; assim, nos quadros acima, o valor da “dotação proposta pela UO” é igual ao valor constante do “PLOA”.

Originalmente, a proposta da Unidade foi de aproximadamente R\$ 30.000.000, para os grupos de despesas Outras Despesas Correntes e Capital, aproximadamente 30% superior ao limite concedido pelo Órgão Superior.

A dotação final consignada na LOA 2012 (Lei + Créditos), para os grupos Outras Despesas Correntes e Capital, foi 8,7% inferior à do ano de 2011; essa diferença se deve basicamente à realização de cursos de formação para carreiras de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental e Analistas de Planejamento e Orçamento, ocorridos em 2011.

Por força do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (Dec. nº 7.680 e suas alterações), houve contingenciamento (bloqueio) de dotação no grupo Outras Despesas Correntes, da ordem de 14,6%, reduzindo, consideravelmente, as possibilidades da Escola investir em revitalização e modernização.

Os créditos inicialmente programados para Pessoal e Encargos Sociais foram de R\$ 20.524.242, elevados para R\$ 22.209.242 (aproximadamente 8,2%), por suplementações devidas às necessidades específicas de gastos com pagamentos de pessoal e correlatos.

Ressaltamos a insuficiência dos créditos aprovados frente à real necessidade da Escola, que tem urgentes demandas de investimento na sua estrutura física e de modernização, principalmente, tecnológica.

A Escola possui vasta área edificada complementada por grande parque esportivo, cujas instalações são muito antigas e carecem urgentemente de revitalização e adaptações que promovam a acessibilidade a todos os seus clientes.

Também, -faz-se urgente o investimento em modernização, principalmente voltadas à infraestrutura de TI, pois, com a crescente demanda de capacitação, há necessidade de aumentar o potencial para ensino à distância (EaD), bem como, inserir novas tecnologias para o ensino presencial.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro XXV – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	
	Recebidos	201002	114702	471010412221252D33	0,00	0,00	130.320,00
		201002	114702	471010412620388516	0,00	0,00	71.440,00
		201002	114702	471010412120384505	0,00	0,00	79.797,95
		201002	114702	0412820382655	0,00	0,00	5.100,00
Movimentação Externa	Concedidos	114702	154040	472100457320386275	0,00	97.107,04	
	Recebidos	330002	114702	331010912221140200	0,00	0,00	9.360,00
		113601	114702	202250412221012000	0,00	0,00	14.400,00
		240005	114702	351010721220572533	0,00	0,00	97.600,00
		550005	114702	55101082122122201Y	0,00	0,00	39.661,48
	550007	114702	55101082442019201T	0,00	0,00	14.400,00	
Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	
	Recebidos	-	-	-	-	-	
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	
	Recebidos	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI / SIAFI GERENCIAL

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro XXVI – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	8.455.767,07	7.723.698,78	6.936.364,03	6.147.835,18
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	218.016,82	154.017,43	218.016,82	154.017,43
d) Pregão	8.195.992,82	7.569.681,35	6.718.347,21	5.993.817,75
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	6.227.276,92	5.160.877,93	5.840.092,24	4.936.457,08
g) Dispensa	2.019.974,78	1.540.077,32	1.929.290,10	1.427.109,47
h) Inexigibilidade	4.207.302,14	3.620.800,61	3.910.802,14	3.509.347,61
3. Regime de Execução Especial	0,00	210,37		210,37
i) Suprimento de Fundos	0,00	210,37		210,37
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	23.200.814,22	21.610.834,88	23.200.814,22	21.610.834,88
j) Pagamento em Folha	23.129.638,69	21.558.947,95	23.129.638,69	21.558.947,95
k) Diárias	71.175,53	51.886,93	71.175,53	51.886,93
5. Outros	2.738.173,93	5.314.621,91	2.517.597,58	5.295.453,58
6. Total (1+2+3+4+5)	40.580.274,71	39.810.243,87	38.494.868,07	37.990.791,09

Fonte: SIAFI / SIAFI GERENCIAL.

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elementos de Despesa – Créditos Originários

Quadro XXVII – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	DESPESAS CORRENTES											
	Empenhada			Liquidadada			RP não processados			Valores Pagos		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010	2012	2011	2010	2012	2011	2010
1. Despesas de Pessoal	21.860.867,35	20.215.694,59	21.778.890,28	20.215.694,59	20.215.694,59	20.215.694,59	81.977,07	81.977,07	81.977,07	21.778.890,28	20.208.859,59	20.208.859,59
319011	15.152.854,68	14.433.822,95	15.152.854,68	14.433.822,95	14.433.822,95	14.433.822,95				15.152.854,68	14.433.822,95	14.433.822,95
319001	3.169.697,29	2.899.590,65	3.169.697,29	2.899.590,65	2.899.590,65	2.899.590,65				3.169.697,29	2.899.590,65	2.899.590,65
319113	2.038.492,71	1.971.779,41	2.038.492,71	1.971.779,41	1.971.779,41	1.971.779,41				2.038.492,71	1.971.779,41	1.971.779,41
Demais elementos do grupo	1.499.822,67	910.501,58	1.417.845,60	910.501,58	910.501,58	910.501,58	81.977,07	81.977,07	81.977,07	1.417.845,60	903.666,58	903.666,58
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	17.030.817,29	17.698.960,09	15.893.773,17	17.279.709,84	17.279.709,84	15.893.773,17	1.137.044,12	419.250,25	419.250,25	15.893.773,17	17.279.709,84	17.279.709,84
339039	7.857.504,63	6.656.236,81	7.332.609,03	6.345.159,36	6.345.159,36	6.345.159,36	524.895,60	311.077,45	311.077,45	7.332.609,03	6.345.159,36	6.345.159,36
339036	4.517.156,03	4.302.394,52	4.374.833,50	4.293.994,52	4.293.994,52	4.293.994,52	142.322,53	8.400,00	8.400,00	4.374.833,50	4.293.994,52	4.293.994,52
339037 (3º ED 2012)	1.527.415,27	-	1.527.415,27	-	-	-	-	-	-	1.527.415,27	-	-
339048 (3º ED 2011)	361.821,60	3.041.890,20	361.821,60	3.041.890,20	3.041.890,20	3.041.890,20	0,00	0,00	0,00	361.821,60	3.041.890,20	3.041.890,20
Demais elementos do grupo	2.766.919,76	3.698.438,56	2.297.093,77	3.598.665,76	3.598.665,76	2.297.093,77	469.825,99	99.772,80	99.772,80	2.297.093,77	3.598.665,76	3.598.665,76
Grupos de Despesa	DESPESAS DE CAPITAL											
	Empenhada			Liquidadada			RP não Processados			Valores Pagos		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010	2012	2011	2010	2012	2011	2010
4. Investimentos	1.688.590,07	1.895.589,19	822.204,62	579.001,66	822.204,62	822.204,62	866.385,45	1.316.587,53	1.316.587,53	822.204,62	502.221,66	502.221,66
449052	1.069.913,52	1.199.603,99	481.959,10	521.278,19	587.954,42	587.954,42	587.954,42	678.325,80	678.325,80	481.959,10	444.498,19	444.498,19
449039	618.676,55	695.985,20	340.245,52	57.723,47	278.431,03	278.431,03	278.431,03	638.261,73	638.261,73	340.245,52	57.723,47	57.723,47
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI / SIAFI GERENCIAL

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro XXVIII – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	41.757,43	43.230,05	41.757,43	43.230,05
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	6.511,95	38.323,12	6.511,95	38.323,12
d) Pregão	35.245,48	4.906,93	35.245,48	4.906,93
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	258.200,00	811.855,00	258.200,00	811.855,00
g) Dispensa				
h) Inexigibilidade	258.200,00	811.855,00	258.200,00	811.855,00
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)		299.372,32		299.372,32
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias		3.921,32		3.921,32
5. Outros	138.922,00	295.451,00	138.922,00	295.451,00
6. Total (1+2+3+4+5)*	438.879,43	1.154.457,37	438.879,43	1.154.457,37

Fonte: SIAFI / SIAFI GERENCIAL

*Obs.: Não incluso Restos a Pagar não processados no valor de R\$ 23.200

4.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro XXIX – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	DESPESAS CORRENTES											
	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos					
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011				
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1º elemento de despesa												
2º elemento de despesa												
3º elemento de despesa												
Demais elementos do grupo												
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1º elemento de despesa												
2º elemento de despesa												
3º elemento de despesa												
Demais elementos do grupo												
3 – Outras Despesas Correntes	462.079,43	1.154.457,37	438.879,43	1.154.457,37	23.200,00	0,00	438.879,43	1.154.457,37	0,00	438.879,43	1.154.457,37	
339036	364.090,00	923.912,10	344.490,00	923.912,10	19.600,00	0,00	344.490,00	923.912,10	0,00	344.490,00	923.912,10	
339147	56.232,00	184.551,00	52.632,00	184.551,00	3.600,00	0,00	52.632,00	184.551,00	0,00	52.632,00	184.551,00	
339039	41.757,43	38.323,12	41.757,43	38.323,12	0	0,00	41.757,43	38.323,12	0,00	41.757,43	38.323,12	
Demais elementos do grupo	0,00	7.671,15	0,00	7.671,15	0,00	0,00	0,00	7.671,15	0,00	0,00	7.671,15	
Grupos de Despesa	DESPESAS DE CAPITAL											
	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos					
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011				
4 – Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
1º elemento de despesa												
2º elemento de despesa												
3º elemento de despesa												
Demais elementos do grupo												
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
1º elemento de despesa												
2º elemento de despesa												
3º elemento de despesa												
Demais elementos do grupo												
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
1º elemento de despesa												
2º elemento de despesa												
3º elemento de despesa												
Demais elementos do grupo												

Fonte: SIAFI / SIAFI GERENCIAL.

Análise Crítica

A dotação orçamentária final da ENAP em 2012 foi de R\$ 44.749.435. Houve contingenciamento da ordem de 6,8%, por força do disposto no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, ficando liberado para efetiva execução o valor de R\$ 41.713.022.

A dotação liberada para efetiva execução está distribuída da seguinte forma: R\$ 22.209.242 para gastos com Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 1.709.150 para despesas de Capital e R\$ 17.794,630 para o grupo Outras despesas Correntes.

A execução total (despesa empenhada) foi de R\$ 40.580.275, ou seja, 97,3% da dotação efetivamente liberada para execução. Este valor é 6,4% inferior ao executado no ano de 2011, tendo como motivo principal a ocorrência naquele ano de curso de formação para as carreiras de EPPGG e APO.

Em relação à execução orçamentária de 2012, destacamos como ponto negativo o contingenciamento imposto por força do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, pois a Escola tem urgente necessidade de investimento em modernização e revitalização. Como ponto positivo, destaca-se o bom dimensionamento dos créditos disponíveis para atender à crescente demanda.

Os créditos recebidos (destaques) totalizaram R\$ 462.079,43, dos quais R\$ 438.879,43 (94,97%) foram liquidados e pagos. Houve inscrição em Restos a Pagar R\$ 23.200,00. Do valor total dos destaques, R\$ 420.322,00 (90,96%) representam gastos com contratação de pessoa física e encargos sociais.

Desse valor, as movimentações internas representam 62,04% (R\$ 286.657,95) e as movimentações externas representam 37,96% (R\$ 175.421,48).

A movimentação de crédito totaliza R\$ 559.186,47 entre créditos concedidos e créditos recebidos. O valor de destaques concedidos representa 17,37% desse total (R\$ 97.107,04). O valor de destaques recebidos representa 82,63% (R\$ 462.079,43)

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.1.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro XXX - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	76.780,00	0,00	76.780,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	1.742.672,78	517.363,90	1.218.473,88	6.835,00
2010	1.201.060,88	129.855,31	1.071.205,57	0,00
...				

Fonte: SIAFI / SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica

No montante indicado na coluna “Cancelamentos Acumulados” de “Restos a Pagar não Processados”, nos exercícios financeiros de 2011 e 2010, há empenhos realizados por estimativa, o que ensejou a realização de cancelamentos ao final dos exercícios pela não efetivação/execução dos serviços/materiais contratados.

No exercício financeiro de 2010, coluna “Cancelamentos Acumulados” de “Restos a Pagar Não Processados”, ocorreu a mudança de CNPJ do fornecedor Avansys Tecnologia LTDA EPP, após a emissão da Nota de Empenho nº 2010NE900864, o que ensejou posterior cancelamento.

Registra-se, ainda, no exercício financeiro de 2011, coluna “Cancelamentos Acumulados”, a anulação de despesas referente ao contrato de prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas na modalidade fábrica de *software*, que representa 85,4% do montante das anulações. Tal anulação se deve à mudança de diretrizes em ações de TI.

Os demais casos de “Cancelamentos Acumulados” em “Restos a Pagar Não Processados”, nos exercícios financeiros de 2011 e 2010, foram registrados em razão da dinâmica da execução orçamentária, pela não efetivação/execução dos serviços/materiais contratados.

5.2 Transferências de Recursos

5.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro XXXI – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundação Escola Nacional de Administração Pública									
CNPJ: 00.627.612/0001-09 UG/GESTÃO: 114702 / 11401									
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	S/N	154040	97.107,04	-	97.107,04	97.107,04	18/12/12	18/03/13	Adimplente
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: Coordenação de Pesquisas/Diretoria de Comunicação e Pesquisa/ENAP

5.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro XXXII – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Fundação Escola Nacional de Administração Pública					
CNPJ:	00.627.612/0001-09					
UG/GESTÃO:	114702 / 11401					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	1	1	97.107,04	15.498,00	32.020,00
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	-	-

Fonte: Execução orçamentária: SIAFI / SIAFI GERENCIAL

Obs.: Em 2010 houve descentralização no valor de R\$ 8.560,00, mediante assinatura do instrumento "Termo Simplificado de Descentralização" (valor não somado no quadro acima).

5.2.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Quadro XXXIII – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundação Escola Nacional de Administração Pública					
CNPJ: 00.627.612/0001-09			UG/GESTÃO: 114702 / 11401		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	97.107,04	97.107,04	0,00	100%
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

5.2.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro XXXIV – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Fundação Escola Nacional de Administração Pública					
CNPJ: 00.627.612/0001-09			UG/GESTÃO: 114702 / 11401		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		97.107,04	
2011	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		15.498,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		-	
		Montante Repassado		-	
2010	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		27.660,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		-	
		Montante Repassado		-	
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		-	
		Montante Repassado		-	

Fonte: Processos 04600.002111/2010-22, 04600.001690/2011-77 e 04600.004726/2012-55

5.3 Suprimento de Fundos

5.3.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.3.1.1 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Quadro XXXV – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	0	-	0	-	0	0
2011	-	0	-	0	2	212,65	221,65
2010	-	0	1	600,00	2	1.286,86	1.886,86

Fonte: SIAFI

5.3.1.2 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro XXXVI - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1.000,00	1	4.000,00

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Nos últimos três exercícios financeiros, 2012, 2011, 2010, a ENAP vem utilizando os procedimentos de licitação e dispensa de licitação para a aquisição de pequenas compras de material e serviços, ainda que de caráter urgente, evitando, assim, o uso do Cartão de Crédito Cooperativo e Suprimento de Fundos com conta do tipo B, conforme pode ser visto no quadro demonstrativo acima.

6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro XXXVII – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	256	195	00	00
. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	256	195	00	00
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	209	148	00	05
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	19	19	03	06
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	01	01	00	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	27	27	05	07
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	00	00
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	32	30	09	12
4. Total de Servidores (1+2+3)	288	225	17	30

Fonte: DATA WAREHOUSE - DW/SIAPE

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro XXXVIII – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	16
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	00
1.2. Exercício de Função de Confiança	00
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	00
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	00
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	00
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	00
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	00
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no País	00
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	01
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	00
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	00
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	00
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	00
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	05
4.1. Doença em Pessoa da Família	00
4.2. Capacitação	05
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	01
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	00
5.2. Serviço Militar	00
5.3. Atividade Política	00
5.4. Interesses Particulares	01
5.5. Mandato Classista	00
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	00
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3 +4+5+6)	23

Fonte: SIAPE e Arquivos Internos

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro XXXIX – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 De Dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
Cargos em Comissão	80	77	00	00
1.1. Cargos Natureza Especial	00	00	00	00
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	80	77	00	00
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	17	17	04	06
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	14	14	07	07
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	16	16	08	05
1.2.4. Sem Vínculo	32	29	13	14
1.2.5. Aposentados	01	01	00	00
2. Funções Gratificadas	44	43	00	00
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	43	42	00	00
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	00	00	00
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	01	01	00	00
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	124	120	32	32

Fonte: DATA WAREHOUSE – DW / SIAPE

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro XL – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	19	29	22	25	10
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	19	29	22	25	10
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	10	25	32	40	13
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	10	23	23	17	4
2.3. Funções Gratificadas	0	2	9	23	9
3. Totais (1+2)	29	54	54	65	23

Fonte: DATA WAREHOUSE – DW / SIAPE

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro XLI – Quantidade De Servidores Da Uj Por Nível De Escolaridade - Situação Apurada Em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	1	9	3	18	73	0	1	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	1	9	3	18	73	0	1	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	7	22	76	6	7	2	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	15	53	0	7	2	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	7	7	23	6	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	1	16	25	94	79	7	3	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós - Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: DATA WAREHOUSE – DW / SIAPE

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro XLII - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total		
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis	
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0		
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0		
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0		
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2012	2.498.871,14	28.812,56	4.599.185,49	0	346.579,00	139.012,97	28.193,24	248.411,29	383,71	7.889.449,40
	2011	5.230.725,02	27.790,31	455.876,91	159.646,86	0	384.900,00	0	0	139,14	6.259.078,24
	2010	4.713.171,50	7.618,75	404.429,63	104.694,32	0	318.182,22	0	0	0	5.548.096,42
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	60.000,00	0	5.000,00	1.666,66	0	3.648,00	0	0	0	70.314,66
	2010	116.666,66	0	7.916,66	4.166,65	0	6.577,45	0	0	0	135.327,42
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	759.672,29	0	61.040,13	23.488,81	0	66.179,30	0	0	0	910.380,53
	2010	721.867,03	0	63.735,67	19.999,51	0	60.667,40	0	0	0	866.269,61
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	1.965.934,94	1.465.809,46	1.307.472,97	0	234.671,30	67.369,78	16.407,52	69.282,95	0	5.126.948,92
	2011	1.447.410,59	1.428.613,81	237.589,63	94.857,95	0	124.168,44	0	0	0	3.332.640,42
	2010	1.349.162,95	1.576.135,80	245.233,26	73.566,71	0	99.339,57	0	0	0	3.343.438,29
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	1.221.533,34	145.666,96	1.922.184,54	0	156.332,00	94.591,72	16.127,15	135.150,19	0	3.691.585,90
	2011	1.666.038,75	127.328,10	156.458,68	50.215,55	0	160.426,42	0	0	0	2.160.467,50
	2010	1.646.666,56	124.620,99	148.429,26	51.498,14	0	147.673,40	0	0	0	2.118.883,35

Fonte: DATA WAREHOUSE – DW / SIAPE

Análise e Observações do Quadro XLII

1. Foram considerados no campo **Vencimentos e Vantagens Fixas** – os valores pagos a título de vencimento e vantagens fixas, incluídos os valores pagos a título de vantagens pessoais, nominalmente identificadas como anuênios e décimos, previstos nos arts. 40, 244 e 62-A, da Lei nº 8.112/90, respectivamente.

2. No campo de **Retribuições** foram considerados os Valores pagos a título de retribuições, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.112/90; a saber: pagamento de substituição e opção de DAS dos servidores de carreiras designados em Cargos de Comissão.

3. No campo **Gratificações** foram considerados os Valores pagos a título das gratificações previstas no art. 61, incisos II e IX, da Lei n.º 8.112/90. Incluindo as Gratificações do PGPE, a GAEG, Adicional de Férias e Gratificação Natalina.

4. Foram considerados como **Indenizações** os valores pagos a título das indenizações previstas no art. 51 da Lei n.º 8.112/90. Incluindo nesta rubrica os valores relativos a Auxílio-Alimentação, Assistência Pré-Escolar e as indenizações de férias.

5. No campo de **Benefícios Assistenciais e Previdenciários** os valores pagos a título de assistência médica e abono permanência, previsto na EC n.º 41/2003, e também os valores pagos relativamente a auxílios natalidade e funeral e salário-família.

6. No campo **Demais despesas variáveis**, foram considerados os valores pagos aos servidores a título de Férias-Antecipação, e Taxa Ocupação/Alug.-Imov.Func.

7. Só foram considerados em “**Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de provimento em Comissão**”, os servidores que não foram investidos em nenhuma função, estes foram considerados no campo relativo a “**Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas**”. Todos os servidores ativos nomeados em cargos em comissão, com ou sem vínculo, foram considerados como “**Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior**”. A ENAP não possui em seu quadro nenhum “**Servidor cedido com ônus ou em Licença**”, entretanto conta com servidores requisitados com ônus para o órgão.

8. A partir de 2011, a ENAP não conta no seu quadro de pessoal com nenhum servidor com contrato temporário.

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro XLIII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31 de Dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	23	03
1.1 Voluntária	13	01
1.2 Compulsória	01	01
1.3 Invalidez Permanente	09	01
1.4 Outras	00	00
2. Proporcional	32	00
2.1 Voluntária	28	00
2.2 Compulsória	03	00
2.3 Invalidez Permanente	00	00
2.4 Outras	00	00
3. Totais (1+2)	54	03

Fonte: DATA WAREHOUSE – DW / SIAPE

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro XLIV - Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	07	00
1.1. Integral	05	00
1.2. Proporcional	02	00
2. Em Atividade	00	00
3. Total (1+2)	07	00

Fonte: DATA WAREHOUSE – DW / SIAPE

6.1.5 Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro XLV – Atos Sujeitos ao Registro do TCUu (Art. 3º da In TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	14	00	14	00
Concessão de aposentadoria	03	01	03	00
Concessão de pensão civil	10	01	01	00
Concessão de pensão especial a ex-combatente	00	00	00	00
Concessão de reforma	00	00	00	00
Concessão de pensão militar	00	00	00	00
Alteração do fundamento legal de ato concessório	04	04	04	00
Totais	31	06	22	00

Quadro XLVI – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da In TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	00	10	10	00
Cancelamento de concessão	00	01	01	00
Cancelamento de desligamento	00	00	00	00
Totais	00	11	11	00

Quadro XLVII – Regularidade do Cadastro dos Atos do SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	00	10	00	05
Concessão de aposentadoria	00	01	00	00
Concessão de pensão civil	00	00	00	00
Concessão de pensão especial a ex-combatente	00	00	00	00
Concessão de reforma	00	00	00	00
Concessão de pensão militar	00	00	00	00
Alteração do fundamento legal de ato concessório	00	00	00	04
Total	00	11	00	09
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	02	00	00	09
Cancelamento de concessão	00	00	00	00
Cancelamento de desligamento	00	00	00	09
Total	02	00	00	09

6.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

- **Absenteísmo;**

A Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da ENAP trabalha com um Sistema de frequência chamado *STARH*, em que são registrados pelo servidor as frequências diárias e pela área de recursos humanos os afastamentos oficiais superiores ou iguais a um dia. Todavia, o sistema funciona precariamente, pois não permite acompanhamento gerencial para monitoramento de indicadores sendo, portanto, necessária a sua atualização ou substituição. Nesse sentido, a CRH, em parceria com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), tem envidado esforços de negociação junto ao MP e à ANEEL para aprimoramento do sistema atual ou, se preciso, aquisição de um sistema de RH capaz de fazer a gestão das ausências por faltas ou atrasos do servidor (absenteísmo).

- **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;**

Não foram registrados, no exercício de 2012, nenhum acidente de trabalho e nenhuma doença ocupacional. As licenças e afastamentos decorrentes de problemas de saúde são controlados pela entrega dos atestados médicos à CRH, que encaminha ao Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS) para

lançamento e homologação no SIAPE-SAUDE. É por meio do SIASS que são realizadas as perícias e juntas médicas quando necessário. Assim, não houve nenhuma ocorrência apontada pelo SIASS no que se refere a Acidentes de Trabalho e Doenças ocupacionais.

• **Rotatividade (*turnover*);**

A ENAP registra alto índice de rotatividade, conforme demonstrado nos quadros XXXVII e XXXIX. Isso se explica devido à vacância e exoneração de servidores para outros Órgãos, e pela ausência de um Plano de Cargos e Remuneração no âmbito desta Fundação. Esse fenômeno ocorre tanto com os servidores ativos quanto com os comissionados. Diante disso, uma das metas no Planejamento Estratégico da Escola é promover o estudo da força de trabalho a fim de alinhar o quadro de pessoal às necessidades estratégicas da ENAP.

• **Educação Continuada;**

A CRH implementa estratégias de qualificação dos seus servidores, de acordo com a necessidade e perfis de cada unidade fim e meio. Em 2012, foram realizadas 185 ações de capacitação, divididas em 178 ações de aperfeiçoamento e 7 ações de educação formal, totalizando 19.455 horas de capacitação. Foram 215 servidores capacitados, com uma média de 90 horas de capacitação por servidor. Cabe salientar que as metas física e orçamentária previstas para o exercício de 2012 foram alcançadas conforme o quadro abaixo:

Plano de Capacitação 2012		
Metas	Previsão	Utilizada/Alcançada
Dotação orçamentária	R\$ 300.000,00	R\$ 269.094,00
Meta Física	200	215

O valor de R\$ 269.094,00 (*duzentos e sessenta e nove mil e noventa e quatro reais*) corresponde a 89% de execução orçamentária. A média de investimento em capacitação por servidor foi de R\$ 1.252,00 (hum mil duzentos e cinquenta e dois reais).

• **Disciplina;**

Não foi instaurado no âmbito dessa Escola Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

• **Aposentadoria *versus* reposição do quadro**

No decorrer do exercício de 2012, foram registradas três aposentadorias. Sendo uma em caráter compulsório integral, uma voluntária com proventos proporcionais e uma por invalidez. Todavia, não houve reposição do quadro de pessoal neste período. Contudo, para reposição do quadro, está prevista a realização de concurso público para provimento de 22 cargos do PGPE nesta Fundação.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro XLVIII – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante																		
Nome: Fundação Escola Nacional de Administração Pública																		
UG/Gestão: 114702						CNPJ: 00627612000109												
Informações sobre os Contratos																		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.					
					Início	Fim	F		M		S							
							P	C	P	C	P	C						
2009	L	O	03/2009	00.087.163/0001-53	12/01/12	11/01/13					P							P
2010	V	O	12/2010	09.459.901/0001-10	22/02/11	22/02/12					P							P
Observações:																		
LEGENDA																		
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.																		
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.																		
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.																		
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.																		

Observações: *vide* Anexo.

6.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro XLIX - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante																
Nome: Fundação Escola Nacional de Administração Pública																
UG/Gestão: 114702						CNPJ: 00627612000109										
Informações sobre os Contratos																
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.			
					Início	Fim	F		M		S					
							P	C	P	C	P	C				
2008	6	O	Contrato 29/2008	32.913.188/0001-55	4/9/2012	3/9/2013				P						P
2009	8	O	Contrato 37/2009	26.972.885/0001-84	16/12/2012	15/12/2013				P						P
2008	2	O	Contrato 01/2008	38.062.485/0001-10	10/1/2012	28/09/2012				P						E
2011	12	O	Contrato 33/2011	06.959.859/0001-09	10/11/2012	09/11/2013				P						P
2008	9	O	Contrato 39/2008	02.895.841/0001-30	30/12/2010	29/12/2011				P						P
2010	5	O	Contrato 26/2010	09.267.699/0001-25	10/6/2012	9/6/2013				P						P
2012	2	O	24/2012	06.091.637/0001-17	09/07/2012	08/07/2013				P						A
2010	1	O	12/2010	09.459.901/0001-10	22/02/11	22/02/12				P						P

Observações:

<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras 	<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
---	--

Fonte: Contratos vigentes

6.2.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro L - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	34	40	35	32	261.472,15
1.1 Área Fim	14	19	17	15	124.800,00
1.2 Área Meio	20	21	18	17	136.672,15
2. Nível Médio	7	11	12	13	53.172,00
2.1 Área Fim	0	1	1	3	6.150,00
2.2 Área Meio	7	10	11	10	47.022,00
3. Total (1+2)	41	51	47	45	314.644,15

Fonte: SIAPE e Arquivo Interno

7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: Fundamental para as atividades externas da ENAP, no transporte de servidores e material.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:
 - 5(cinco) Veículos do Grupo IV-A – Transporte de Servidores a Serviço
 - 1(um) Veículo do Grupo IV-B-1 – Transporte de Carga Leve
 - 1(um) Veículo do Grupo IV/G – Transporte Pessoal
 - 1(um) Veículo do Grupo IV/D – Transporte Coletivo
- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra:
 - Grupo IV-A – Média de 6.400 km anual
 - Grupo IV-B-1 – Média de 10.321 km anual
 - Grupo IV/G – Média de 13.454 km anual
 - Grupo IV/D – Média de 3.593 km anual
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos:
 - Grupo IV-A – 9, 3 anos
 - Grupo IV-B-1 – 7 anos
 - Grupo IV/G – 15 anos
 - Grupo IV/D – 4 anos
- f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):
 - Combustíveis R\$ 18.689,97
 - Manutenção Preventiva R\$ 38.774,67
 - Seguro Obrigatório R\$ 1.344,60
 - Seguro Total R\$ 7.577,43
 - Servidores 02 (dois)

g) Plano de substituição da frota:

Não há plano de substituição da frota, porém, há prospecção para aquisição de 03 veículos flex.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

A ENAP possui quantidade otimizada de veículos para atendimento das demandas, sendo economicamente inviável a locação.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

Estamos elaborando proposta para sistema de gestão do transporte, atualmente as informações são consolidadas por meio de planilhas mensais.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro LI – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
114702	970117143.500-3	15	3	RS 163.575,26	22/06/2004	RS 248.529,53		
114702	970117142.500-8	15	3	RS 313.751,15	06/06/2011	RS 2.874.733,70		
114702	970121512.500-4	21	3	RS 12.878.962,19	Não houve		RS 607.548,63	RS 2.633.215,63
Total							RS 607.548,63	RS 2.633.215,63

Fonte: SIAFI 31/12/2012

Análise Crítica:

Com relação ao imóvel RIP utilização 970100791.500-6, em razão de problemas operacionais no Spiu net, o registro da reavaliação do imóvel foi contabilizado após 31/12/2012, ou seja, com reflexos contábeis no balanço patrimonial de 2013.



8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro LII – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.

	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://www.enap.gov.br/downloads/pdti_2012_2013.pdf .
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(2) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
A ENAP realiza inventário dos ativos de informação mediante preenchimento do questionário do SISP disponibilizado pela SLTI/MP no endereço www.sisp.gov.br/inventariosisp , bem como, faz análise de riscos em processos de contratação, em conformidade com a IN 04/10.	

Análise Crítica

Contexto: À Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) compete coordenar o planejamento e a execução das ações relativas à gestão dos recursos e serviços de TI, devendo assessorar a Diretoria de Gestão Interna (DGI) da ENAP nas atribuições sob sua competência. Portanto, as atribuições, sob a competência da CGTI/DGI, se constituem em atividade-meio para apoio à atividade-fim da ENAP. Por decorrência, os servidores em exercício na CGTI/DGI denotam perfil profissional essencialmente técnico, adequado ao exercício das atividades sob atribuição dos mesmos. Muito embora não sejam frequentes iniciativas que propiciem o compartilhamento do conhecimento tácito, há consciência coletiva da necessidade de compartilhar informação; sendo que a coordenação procura estimular iniciativas de *benchmarking* e o exercício da prática de disseminar informação, seja por e-mail, SMS, Site CGTI, Servidor de Arquivos ou em reuniões presenciais com pauta prévia e posterior registro em ata (MS Office). Ao longo do exercício em foco, foram concentrados esforços na contratação de empresa especializada em mapeamento, automação e melhoria de processos, em parceria com outros órgãos da APF (MEC, MPOG, MPS e MCTI); sendo que, no âmbito da Escola, foram priorizados 8 (oito) macroprocessos (de negócio) no escopo dos serviços objeto da contratação em curso mediante Ata de Registro de Preços conjunta, sob a coordenação do MEC na qualidade de Órgão Gestor do SRP. Outrossim, também foram priorizadas as ações com foco no desenvolvimento do novo Portal; sendo que, em conjunto com o MCTI, está sendo promovida a licitação (SRP) para contratação de CMS que ofereça solução de integração, a utilização de mídias sociais e o uso de móbil, entre outras funcionalidades nativas. Ainda em 2012, foi concebida minuta da política de segurança da informação a ser discutida com o corpo funcional da instituição e, posteriormente, submetida à deliberação do Conselho Diretor da ENAP.

Desafio: Estimular atitudes (individuais) que colaborem para a adoção de práticas (coletivas) que possam influenciar positivamente a cultura organizacional, no âmbito da CGTI, e, por decorrência, favorecer a gestão do conhecimento organizacional (CGTI/DGI/ENAP). No âmbito da CGTI/DGI, o uso de tecnologias para apoiar a captação do conhecimento tácito a ser organizado de forma estruturada e de modo que possa ser compartilhado (conhecimento explícito), a exemplo de um “banco de soluções”, irá propiciar a evolução das ações de **Governança de TI** priorizadas no PDTI-2012/2013 com foco no Planejamento Estratégico. As providências adotadas por essa UJ, visando a ajustar-se ao Planejamento Estratégico, foram: a revisão do Estatuto para adequação da estrutura organizacional, a criação da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e da Coordenação de Gestão da Informação e do Conhecimento e a solicitação de novo concurso para a Escola. Não obstante, também foram realizadas gestões junto ao SISP (SLTI/MPOG) no sentido de ampliar o número de GSISP e de vagas de ATI (Analista de Tecnologia da Informação) em exercício descentralizado na ENAP, com o firme propósito de equacionar solução para ausência de pessoal qualificado em conformidade com o quantitativo mínimo estabelecido no apontamento constante do Relatório iGovTI-2012 – SEFTI/TCU. Quanto às limitações encontradas, pode-se destacar a evasão de servidores devido à aprovação em outros concursos públicos. Ademais, foram realizadas intervenções voltadas à recomposição do quadro, a partir dos requisitos e necessidades identificadas por meio da captação de servidores em outros Órgãos, da promoção de ações de capacitação técnica, do redesenho de estrutura e processos de trabalhos, e, ainda, da melhoria das instalações físicas, com vistas ao aumento da segurança e do bem-estar dos servidores.

No âmbito da Gestão da Tecnologia da Informação e do conhecimento, é importante acrescentar que se encontra em tramitação, no Ministério do Planejamento, projeto de decreto que propõe a mudança do Estatuto da ENAP (Decreto nº 6.563, de 11 de setembro de 2008). Referido projeto, entre outras mudanças, propõe a criação da Coordenação-Geral de Gestão da Informação e do Conhecimento no âmbito da Diretoria de Comunicação e Pesquisa. Essa nova Coordenação buscará estabelecer um ambiente propício para a preservação da memória institucional, da disseminação e do compartilhamento das informações e conhecimentos produzidos e/ou custodiados pela Escola.



9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro LIII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 		X			
	Aquisição de Papel xerográfico A4, 210x297mm, 75 g/m2, resma com 500 folhas Reciclado Lápis preto, material corpo madeira, de reflorestamento. Aquisição de estações de trabalho Confeccionado com fibras de madeira selecionadas, provenientes de eucalypto e pinus (cultivados em florestas renováveis com certificação FSC)				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <p>Utilizamos a certificação FSC que onde se requer que a operação florestal nessa área seja feita de modo: Ecologicamente correto, Socialmente justo e Economicamente viável.</p> <ul style="list-style-type: none"> 	Efetivamos aquisição de estações de trabalho com o selo verde FSC. O FSC é uma sigla em inglês para a palavra Forest Stewardship Council, ou Conselho de Manejo Florestal, em português. Essa certificação requer que a operação florestal nessa área seja feita de modo: Ecologicamente correto, Socialmente justo e Economicamente viável.				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		X			
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 	Instalamos torneiras automáticas e sensores de iluminação de presença em todas as instalações sanitárias da escola.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).		X			
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	Papel não clorado, lápis madeira de reflorestamento.				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.		X			
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	Sim (X) aquisição de 03 veículos flex.		Não()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.		X			

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

A política da ENAP para estimular o uso racional de insumos esta sendo elaborada como proposta para o exercício 2013.

Quadro LIV – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P	2012			Descritos ao final deste item		
Adesão Projeto Esplanada Sustentável	2012			Ainda não há resultados, pois as ações serão implementadas somente em 2013.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	4.518	4.035	5.132	30.082,66	26.021,50	20.053,86
Água	26.020	24.950	29.043	444.126,64	319.507,34	339.124,83
Energia Elétrica	906.289	849.671	865.252	371.413,36	334.252,85	302.206,70
			Total	845.622,66	679.781,69	641.331,53

Fonte: SIAFI e Contratos vigentes

Resultados

Utilizamos a metodologia descrita na Instrução Normativa/MP Nº 10, de 12 de novembro de 2012, com insumos relativos ao exercício 2010, 2011 e 2012.

Consumo de copos descartáveis: houve redução de 20,32% (per capita) no consumo e de despesa a despeito do aumento do número de consumidores.

Consumo de Papel: não houve redução a despeito do aumento do preço e do número de consumidores, estamos empreendendo esforços com o objetivo de diminuir o consumo.

Consumo de Açúcar: houve redução de 5,32% (per capita) da despesa e do consumo a despeito do aumento do preço e do número de consumidores.

Consumo de Café: não houve redução no consumo, estamos empreendendo esforços com o objetivo de diminuir o consumo de café.

Consumo de Energia Elétrica: não houve redução considerando o aumento de 28,46% no valor da tarifa, do número de usuários e de atividades na Escola.

Consumo de água: houve redução de 12,26% de consumo (*per capita*), a despeito do aumento de 17,83% no valor da tarifa e do número de usuários.

Telefonia FIXA: houve redução de 22,36% (*per capita*) nos gastos da telefonia fixa, mesmo com a ampliação do quadro de pessoal e linhas disponíveis. Serviços contratados em conjunto com o MP.

10. Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro LV - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (1)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
I	201211180	I.1.1.2	Ofício nº 29775/2012 DEPOG/DE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Descrição da Recomendação			
Que a ENAP “elabore e apresente à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão proposta de novo regimento interno da ENAP, em cumprimento ao disposto no art. 4º do Decreto nº 6.563, de 11/09/2008”, bem como “inclua na proposta do novo regimento interno da ENAP texto vinculando expressamente a Auditoria Interna ao órgão de atribuições equivalentes ao conselho de administração, ou ao dirigente máximo da Unidade”.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete da Presidência da ENAP			78670
Síntese da Providência Adotada			
A ENAP enviou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão proposta de novo Estatuto para a Entidade, que deverá ser examinada, aprovada e encaminhada por aquela instância à Casa Civil para publicação na forma de Decreto. Em seguida, a proposta do novo Regimento Interno da Escola será enviada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para exame, aprovação e posterior publicação em forma de Portaria Ministerial.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A ENAP ainda aguarda a publicação do Decreto com seu novo Estatuto.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A maior dificuldade para adoção das providências está no fato de que a Escola depende das ações de outras instâncias para levar adiante a publicação de seu Estatuto e de seu Regimento.			

Quadro LVI - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (2)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201211180	1.1.1.3	Ofício nº 29775/2012 DEPOG/DE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Descrição da Recomendação			
Que a ENAP “passe a formalizar seus processos (de auditoria) contendo os papéis de trabalho que embasem a opinião do auditor nas ações de controle efetuadas, incluindo nestes a descrição do planejamento da ação, além da definição do escopo dos trabalhos em termos de extensão e profundidade e as técnicas de auditoria utilizadas”.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna da ENAP			97466
Síntese da Providência Adotada			
A partir do relatório nº 8/2012, o Auditor Interno da ENAP passou a anexar a cada peça produzida os papéis de trabalho que tenham embasado sua opinião e que sustentem as eventuais recomendações emitidas. Também passou a incluir a descrição do planejamento da ação, o escopo dos trabalhos em termos de extensão e profundidade e as técnicas de auditoria utilizadas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As conclusões do auditor interno da Escola passaram a ser evidenciadas por meio de excertos dos processos administrativos analisados, o que tem resultado na maior qualidade na apresentação de seus relatórios.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As providências foram de fácil implementação, uma vez que se resumiram em retirar dos processos analisados as evidências documentais que tenham servido de embasamento para as conclusões do auditor.			

Quadro LVII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (3)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201211185	1.1.1.2	Ofício nº 33879/2012 DEPOG/DE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Descrição da Recomendação			
Que a ENAP “exponha no PAINT 2013 e nos planos subsequentes a relevância e representatividade relativas dos processos selecionados para análise que justificam o escopo definido para as auditoria”.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna da ENAP			97466
Síntese da Providência Adotada			
A versão final do PAINT/ENAP/2013 foi alterada, à luz da recomendação feita pela Controladoria Geral da União.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A apresentação do PAINT/ENAP/2013 passou a observar integralmente a IN CGU nº 1, de 3 de janeiro de 2007.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As providências foram de fácil implementação, uma vez que se resumiram em acrescentar ao PAINT as razões de relevância e representatividade que haviam motivado a inclusão de cada ação selecionada.			

Quadro LVIII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (4)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201211185	1.1.1.2	Ofício nº 33879/2012 DEPOG/DE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Descrição da Recomendação			
Que a ENAP “inclua no PAINT 2013 ação de auditoria para a) verificar a correção dos procedimentos para adesão à Ata de Registro de Preços que geraram o contrato nº 16/2012, à luz do disposto no Decreto nº 3.931/2001; b) verificar a correção e a suficiência dos procedimentos de acompanhamento e fiscalização do contrato nº 16/2012, em especial a ocorrência de fiscalização in loco pelo fiscal do contrato dos eventos contratados, a existência de relatórios de medição produzidos pelo fiscal do contrato; e c) verificar a existência de elementos nos processos de pagamentos relativos ao contrato nº 16/2012 que embasem o pagamento das faturas enviadas, tais como fotos do evento, folders do evento, lista de presença e outros pertinentes”.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna da ENAP			97466
Síntese da Providência Adotada			
A versão inicial do PAINT/ENAP/2013 foi alterada, à luz da recomendação feita pela Controladoria Geral da União.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Inclusão de nova ação no PAINT/ENAP/2013, conforme recomendação do OCI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A providência resumiu -se ao acatamento de recomendação do OCI, qual seja, a inclusão de determinada ação no PAINT.			

Quadro LIX - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (5)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201212685	1.1.1.3	Ofício nº 293/2013 DEPOG/DE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Descrição da Recomendação			
Que a ENAP “apresente no item “Requisitos Técnicos” informações mais completas acerca do perfil profissional que se deseja contratar, como, por exemplo, a formação acadêmica específica que o profissional precisa ter, o período de experiência que o profissional precisa possuir em atividades pertinentes ao objeto contratado, etc. Essa melhor caracterização quanto aos requisitos técnicos é necessária para justificar a necessidade de notório conhecimento que o profissional precisa possuir para ministrar determinado evento, de forma a dar maior solidez à justificativa para a contratação por inexigibilidade de licitação.”.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete da Presidência da ENAP			78670
Síntese da Providência Adotada			
Conforme recomendado, as descrições dos requisitos técnicos serão revistas e terão seus termos adequados ao longo do exercício de 2013, na medida da necessidade.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os resultados serão evidenciados ao longo do exercício de 2013, na medida em que novas contratações por meio de inexigibilidade sejam realizadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A providência é de execução simples e está atrelada à precisão do delineamento que cada Órgão apresenta de suas demandas.			

Quadro LX - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (6)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201212685	1.1.1.3	Ofício nº 293/2013 DEPOG/DE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Descrição da Recomendação			
Que a ENAP “faça constar nos processos de inexigibilidade em comento consolidação de pesquisa junto aos discentes sobre a a valiação do desempenho do instrutor no curso objeto da contratação, reforçando a caracterização da notória especialização do profissional contratado e, eventualmente, auxiliando em avaliações para futuras contratações.”			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete da Presidência da ENAP			78670
Síntese da Providência Adotada			
A ENAP identificará a forma mais adequada de incluir nos processos de contratação de docentes as informações referentes às avaliações de desempenho do profissional em cursos ministrados anteriormente na Escola. A implementação do novo procedimento acontecerá ao longo do exercício de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os resultados serão identificados ao longo do exercício de 2013			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A adoção da providência recomendada deverá se configurar como uma ação simples, uma vez que se trata apenas de explicitar informações que já estão nos bancos de dados da Escola (evidentemente, desde que não seja a primeira vez que o profissional presta serviço à ENAP).			

Quadro LXI - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (7)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201212685	1.1.1.3	Ofício nº 293/2013 DEPOG/DE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Descrição da Recomendação			
Que a ENAP “caso não possua, elabore ficha de avaliação técnica consolidando a análise dos currículos verificados em um determinado processo de seleção, e a inclua nos autos, de forma a dar maior transparência à contratação.”			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete da Presidência da ENAP			78670
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação não acatada. O acolhimento da recomendação no sentido de que os requisitos técnicos do profissional sejam apresentados de forma mais detalhada no processo já dará maior transparência à contratação, de modo a melhor justificar a escolha do profissional que irá ministrar determinado curso. A elaboração de ficha de avaliação técnica consolidando a análise dos currículos é medida que nos parece desnecessária e que extrapola as exigências legais, além de ser inviável em razão da quantidade de processos que tramitam na escola.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não se aplica, uma vez que a recomendação não foi acatada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não se aplica, uma vez que a recomendação não foi acatada.			

Quadro LXII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (8)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201212685	1.1.1.4	Ofício nº 293/2013 DEPOG/DE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Descrição da Recomendação			
Que a ENAP, “com o objetivo de atender ao princípio da publicidade, substitua o texto padrão publicado atualmente nos extratos de inexigibilidade de licitação por uma descrição mais detalhada do objeto, informando, por exemplo, quando for o caso, o curso, a carga horária, o público-alvo, etc.”			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete da Presidência da ENAP			78670
Síntese da Providência Adotada			
Parcialmente de acordo, tendo em vista que o texto padrão atualmente utilizado atende às exigências legais e ao princípio da publicidade. O parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93 determina a publicação resumida do instrumento de contrato, o que sempre foi observado pela ENAP. Além disso, as informações completas sobre todas as contratações da Escola encontram-se disponíveis no site da LAI. Por fim, há que se ressaltar que a recomendação acarretará aumento de despesas com publicação. Será avaliada a necessidade de se elaborar um novo texto padrão para os extratos de inexigibilidade, buscando aprimorar o conteúdo do texto de forma a atender à recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O novo procedimento foi adotado e existe a percepção de que as publicações referentes às inexigibilidades de licitação estão mais claras quanto a seu objeto.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A providência foi de simples adoção, uma vez que se resumiu a uma adaptação do que já é praticado na Escola.			

10.2 Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ:
 Quanto à estrutura física e ao acesso a ferramentas tecnológicas, a auditoria interna da UJ goza de situação confortável, pois conta com sala própria espaçosa, bem iluminada e arejada, além de usufruir do aparato de TI disponível na Escola, o que inclui tanto equipamentos adequados quanto manutenção. No que diz respeito a recursos humanos, no entanto, a auditoria interna ressenete-se do fato de contar com apenas um servidor, que vem a ser o próprio titular do setor.

Quanto ao seu posicionamento na estrutura institucional, a Auditoria Interna é um dos órgãos seccionais da Escola, ao lado da Procuradoria Federal e da Diretoria de Gestão Interna.

b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações:
 Conforme descrito a seguir:

Relatório nº 2/2012: verificou-se que os procedimentos administrativos utilizados para aquisição e simultânea contratação do serviço de instalação do equipamento de informática a que se refere o processo administrativo nº 04600.003769/2010-51 (fonte de alimentação ininterrupta e rack) obedeceram à legislação vigente. A partir das constatações feitas, recomendou-se o seguinte:

i) que a empresa *American Power Conversion* Brasil Ltda seja instada a apresentar o registro de emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para fins de juntada aos autos do processo.

ii) que seja feita a publicação de Portaria interna (ou sua juntada aos autos, caso já tenha sido publicada) que designe servidor em exercício na ENAP para desempenhar as funções de fiscal do contrato nº 34/2010.

iii) que, caso haja intenção de reservar previamente os recursos a serem empregados em futura despesa, as informações de disponibilidade orçamentária se façam acompanhar das respectivas notas de pré-empenho; desde que, evidentemente, a cota orçamentária para emissão de empenhos seja mantida em níveis que não ameacem o fluxo da execução orçamentária necessária à manutenção das atividades regulares da Escola.

As recomendações foram referendadas pelo Conselho Diretor da ENAP e implementadas, exceto a terceira, que, conforme demonstrado pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, poderia, se levada a efeito, comprometer a execução orçamentária regular da Escola.

Relatório nº 3/2012: examinou os procedimentos administrativos utilizados para a aquisição do material permanente a que se refere o processo administrativo nº 04600.001691/2011-11 (mobiliário para salas de aula, instalações administrativas e ginásio de esportes). A partir das constatações feitas, recomendou-se o seguinte:

i) que o encaminhamento de processos para pagamento seja feito sempre em data igual ou posterior ao recebimento do material adquirido ou da constatação de conclusão do serviço contratado.

ii) que as áreas demandantes de bens ou serviços descrevam as características dos objetos de seus termos de referência de modo suficientemente detalhado e preciso.

iii) que, inobstante o valioso e indispensável auxílio prestado pelas áreas demandantes de bens e serviços, a escolha do procedimento a ser adotado para a efetivação das aquisições e contratações no âmbito da Escola seja feita pelo setor responsável por essa atividade, em conformidade com as orientações emanadas pela cadeia hierárquica de que faz parte.

iv) que, assim que possível, os registros manuais sejam transformados em controle informatizado, a fim de que a habitual qualidade dos acompanhamentos feitos pelo Setor de Suprimentos e Patrimônio seja mantida e para que não se perca a sequência histórica de movimentação de bens na Escola.

As recomendações foram referendadas pelo Conselho Diretor da ENAP e implementadas.

Relatório nº 4/2012: examinou os procedimentos administrativos que deram origem ao contrato nº 03/2009, firmado com a empresa Apecê Serviços Gerais Ltda., referente à prestação de serviços de limpeza e conservação, e constatar o cumprimento de seu objeto. A partir das constatações feitas, recomendou-se o seguinte:

i) que seja avaliada a possibilidade de que os vestiários destinados ao uso dos funcionários terceirizados recebam mobiliário adequado ao fim a que se destinam.

ii) que seja avaliada a possibilidade de que as instalações sanitárias e o vestiário das funcionárias terceirizadas sejam transferidos para local de mais fácil acesso.

iii) que a empresa APECÊ – Serviços Gerais Ltda seja instada a cumprir a Cláusula Terceira, alíneas w e z, do acordo em comento, inclusive com o estabelecimento de cronograma para implantação dos procedimentos diferenciados de descarte de material.

iv) ações que atendam a) ao previsto na Instrução Normativa MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995, referente à coleta seletiva de papel para reciclagem; e b) ao que determina o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que instituiu a separação e a destinação dos resíduos recicláveis pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta.

As recomendações foram referendadas pelo Conselho Diretor da ENAP e parcialmente implementadas. As modificações sugeridas para as instalações serão objeto de análise futura, quando da modernização da estrutura física do *campus* da ENAP. Os aspectos referentes à coleta seletiva serão mais bem estudados pela Auditoria Interna da Escola, que deverá buscar maiores orientações sobre o tema junto à SPOA/MP.

Relatório nº 5/2012: examinou os procedimentos administrativos que deram origem ao contrato nº 14/2011, firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), referente à prestação de serviços técnicos contínuos destinados à manutenção de ambiente de tecnologia da informação, e verificar o cumprimento de seu objeto. A partir das constatações feitas, recomendou-se o seguinte:

i) que a CGTI faça consulta à SLTI/MP para que, na qualidade de Órgão Central do SISP¹, se manifeste quanto à correlação entre o objeto a ser contratado ou adquirido e as atribuições legais da pessoa jurídica com a qual se pretende firmar acordo comercial.

ii) que, nos processos destinados a orientar contratações do SERPRO com base no artigo 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93, a CGTI faça consulta à SLTI/MP para que, na qualidade de Órgão Central do SISP, se manifeste quanto à correlação entre o serviço buscado pela ENAP e aqueles especificados como estratégicos em ato formal publicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos da Lei nº 5.615/70.

iii) que, em situações semelhantes no futuro, inclusive nas eventuais renovações do contrato nº 14/2011, a pesquisa de preço também leve em conta, além da oferta feita pela pessoa jurídica de direito público, os valores praticados por pelo menos outros três prestadores dos serviços buscados.

iv) que, exceto nas licitações dos tipos melhor técnica ou técnica e preço, ou, ainda, diante de situações explicitamente justificadas, a preferência de contratação recaia sobre o prestador de serviço ou fornecedor que ofereça o menor preço pelo objeto de interesse da administração.

As recomendações foram referendadas pelo Conselho Diretor da ENAP e implementadas, com a ressalva de que os serviços atualmente contratados junto ao SERPRO, com suas características específicas, não são comumente prestados por outras empresas do mercado de TI (o que pode vir a dificultar a pesquisa de mercado).

Relatório nº 6/2012: verificou os procedimentos utilizados para a contratação de docentes por meio de inexigibilidade de licitação (auditoria compartilhada, coordenada pela Controladoria Geral da União – CGU). A partir das constatações feitas, recomendou-se o seguinte:

i) que a ENAP apresente no item “Requisitos Técnicos” informações mais completas acerca do perfil profissional que se deseja contratar, como, por exemplo, a formação acadêmica específica que o profissional precisar ter, o período de experiência que o profissional precisa possuir em atividades pertinentes ao objeto contratado etc. Essa melhor caracterização quanto aos requisitos técnicos é necessária para justificar a necessidade de notório conhecimento que o profissional precisa possuir para ministrar determinado evento, de forma a dar maior solidez à justificativa para a contratação por inexigibilidade de licitação.

ii) que a ENAP faça constar nos processos de inexigibilidade em comento consolidação de pesquisa junto aos discentes sobre a avaliação do desempenho do instrutor no curso objeto da contratação, reforçando a caracterização da notória especialização do profissional contratado e, eventualmente, auxiliando em avaliações para futuras contratações. Também que elabore ficha de avaliação técnica consolidando a análise dos currículos verificados em um determinado processo de seleção, e a inclua nos autos, de forma a dar maior transparência à contratação.

iii) que a ENAP, com o objetivo de atender ao princípio da publicidade, substitua o texto-padrão publicado atualmente nos extratos de inexigibilidade de licitação por uma descrição mais detalhada do objeto, informando, por exemplo, quando for o caso, o curso, a carga horária, o público-alvo etc.

As recomendações foram conhecidas e parcialmente acatadas pelo Conselho Diretor da ENAP. No momento em que o presente relatório está sendo produzido, a Escola também prepara seu Plano de Providências, por meio do qual dará ciência à CGU das peculiaridades que impedem o acatamento integral de suas recomendações.

Relatório nº 7/2012: examinou as dinâmicas de concessão e de prestação de contas referentes a suprimento de fundos relativos ao exercício anterior. A partir das constatações feitas, recomendou-se o seguinte:

i) que as aquisições e contratações realizadas com recursos oriundos de suprimentos de fundos sejam precedidas de pesquisas de preço que demonstrem a vantagem de cada operação para a Escola, nos termos da Lei nº 8.666/93.

ii) que as aquisições e contratações realizadas com recursos oriundos de suprimentos de fundos sejam justificadas pela excepcionalidade da despesa, nos termos do Decreto-lei nº 200/67, art. 74, § 3º, e pela impossibilidade de subordinação ao processo normal de aplicação dos recursos, nos termos da Lei nº 4.320/64, art. 68.

As recomendações foram referendadas pelo Conselho Diretor da ENAP e serão implementadas quando houver nova aplicação de recursos orçamentários por meio de suprimento de fundos.

Relatório nº 8/2012: examinou os procedimentos administrativos que deram origem ao Contrato nº 39/2008, firmado com a empresa Construtora Queiroz Garcia Ltda., referente à prestação de serviço de manutenção predial. A partir das constatações feitas, recomendou-se o seguinte:

i) que sejam alterados os termos do parágrafo primeiro, da subcláusula primeira, da cláusula terceira, de modo a excluir da relação de tarefas do fiscal do contrato nº 39/2008 a obrigação de autorizar os pagamentos devidos pelos serviços realizados.

ii) que consultas que indaguem sobre a existência de disponibilidade orçamentária para fazer frente a determinada despesa sejam respondidas afirmativamente apenas quando houver, além da disponibilidade orçamentária, o necessário limite orçamentário a utilizar. Não custa acrescentar que a garantia de disponibilidade futura dos recursos é conseguida apenas por meio da emissão de nota de pré-empenho no valor estimado da despesa.

iii) que, em lugar de se consultar a área de orçamento da Escola a respeito da existência de disponibilidade orçamentária/limite orçamentário a utilizar (*vide* comentários na alínea b) durante o exercício em curso, seja solicitada informação quanto à existência de previsão da despesa na proposta orçamentária para o ciclo orçamentário imediatamente posterior. Aliás, sobre isso, note-se que a nova nota de empenho, às fls. 190 e 191, foi emitida em 2 de janeiro do ano seguinte, sem evidência de que a realização da despesa havia sido prevista na proposta orçamentária correspondente.

iv) que no corpo das Notas de Empenho que venham a ser emitidas para dar cobertura orçamentária à execução do contrato nº 39/2008 seja aposta observação em que se reproduza a descrição do serviço contratado, conforme consta da cláusula primeira do instrumento de acordo, à fl. 177.

As recomendações foram referendadas pelo Conselho Diretor da ENAP para implementação pelas áreas responsáveis.

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência:

Do total de recomendações feitas pela auditoria interna, 65% (sessenta e cinco por cento) foram implementadas integralmente. Das restantes, 17,5% (dezessete e meio por cento) foram parcialmente implementadas e outras 17,5% (dezessete e meio por cento) não foram implementadas. Nesses dois últimos casos, os gestores das áreas envolvidas apresentaram argumentos consistentes para implementação parcial ou não implementação das recomendações.

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna:

O acompanhamento das implementações das recomendações exaradas pela auditoria interna da UJ não chega a constituir uma rotina. Como regra, uma vez acatada a recomendação, o gestor da área envolvida informa sobre como levará a cabo a mudança/adaptação do procedimento em questão e responde diante da alta direção da Escola pelo resultado de sua intervenção.

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna:

Não existe sistemática estabelecida na UJ para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna. Cabe mencionar que os relatórios produzidos pelo setor são formalmente apresentados à alta direção da Escola durante as reuniões regulares do Conselho Diretor, ocasiões em que são definidos os procedimentos a serem adotados e as responsabilidades pelas eventuais implementações/modificações de rotinas de trabalho. Também é nessas reuniões que os gestores responsáveis pelas questões tratadas nos relatórios de auditoria manifestam-se quanto à aplicabilidade ou não das recomendações feitas.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações:

As recomendações tornam-se oficiais por ocasião da apresentação da íntegra dos relatórios produzidos, o que acontece sempre na primeira reunião do Conselho Diretor seguinte à data de conclusão dos trabalhos de auditoria. É nessa ocasião que a alta gerência da Escola atesta em ata o acatamento integral, o acatamento parcial ou o não acatamento das recomendações apresentadas, bem como toma conhecimento das providências a serem tomadas.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna:

Como regra, os relatórios de auditoria são suficientes para deixar evidentes os motivos de cada recomendação e os riscos inerentes a seu não acatamento. A história recente e documentada da entidade não registra que a alta gerência tenha decidido correr riscos em detrimento de observar as orientações emanadas da auditoria interna

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro LXIII – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	00	00	00
	Entregaram a DBR	00	00	00
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	00	00	00
	Entregaram a DBR	00	00	00
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	32	31	120
	Entregaram a DBR	32	31	120
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00

Fonte: Controle Interno da CRH

Análise Crítica

As DBR são solicitadas no ato do ingresso dos servidores (cargos efetivos e sem vínculo), integrando rol de documentação exigida para concretizar a posse. Cabe à Coordenação de Recursos Humanos o gerenciamento da recepção das DBR e formulário de autorização de acesso aos dados constantes da base da Receita Federal do Brasil.

Não foi constatada necessidade de sistema informatizado para gerenciamento das DBR, visto o tamanho da UJ e a quantidade de DBR gerenciada. Elas são recebidas em papel, e a autoridade ou servidor assina uma autorização expressa à UJ para o acesso às informações constantes na base de dados da Receita Federal.

A forma de armazenamento é no arquivo controlado pela Coordenação de Recursos Humanos, nas pastas funcionais de cada servidor ou autoridade.

Não são realizadas análises com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

10.4 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro LXIV – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **AÍLA VANESSA DAVID DE OLIVEIRA CANÇADO**, CPF nº 665.388.076-15, Diretora de Gestão Interna, exercido na **Escola Nacional de Administração Pública**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 18 de fevereiro de 2013.

AÍLA VANESSA DAVID DE OLIVEIRA CANÇADO

CPF: 665.388.076-15

Diretora de Gestão Interna

Escola Nacional de Administração Pública

11. Informações Contábeis

11.1 Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Em 04 de Janeiro de 2012, a ENAP firmou com a Empresa Link Data o Contrato nº 02/2012, Processo Administrativo nº 04600.00.2655/2011-75, com a finalidade de promover a adequação do Sistema de Controle de Bens Patrimoniais às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, às NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

No exercício financeiro de 2012, período de julho a dezembro, foram realizados cálculos de depreciação de todos os bens móveis adquiridos a partir de janeiro de 2010, que possuíam base monetária inicial confiável, conforme determinava o Item 14 da Macrofunção 02.03.30 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Quanto aos bens móveis adquiridos antes de 2010, por não possuírem base monetária inicial confiável, a Escola executou os procedimentos de Redução a Valor Recuperável e Depreciação, seguindo as orientações contidas na Macrofunção 02.03.30, Item 16, e cumprindo os prazos estabelecidos no “Cronograma” de procedimentos de Redução a Valor Recuperável e Depreciação estabelecidos pela STN, conforme quadro abaixo:

CONTA CONTÁBIL	TÍTULO	PRAZO MÁXIMO PARA EXECUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE DEPRECIÇÃO	EXECUTADO/ EM EXECUÇÃO
14212.02.00	aeronaves	2011	executado
14212.20.00	embarcações	2011	executado
14212.35.00	equipamentos de processamento de dados	2011	executado
14212.52.00	veículos de tração mecânica	2011	executado
14212.06.00	aparelhos e equipamentos de comunicação	2012	executado
14212.28.00	máquinas e equipamentos de natureza industrial	2012	executado
14212.08.00	aparelhos, equip. e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	2013	em execução
14212.42.00	mobiliário em geral	2013	em execução

No exercício financeiro de 2012, a ENAP procedeu, por meio de Notas de Lançamento, aos registros no SIAFI referentes às operações de Redução a Valor Recuperável das contas que não possuíam base monetária confiável, relativamente aos bens adquiridos antes do exercício de 2010, contas contábeis 14212.3500 e 14212.52.00, impactando diretamente o patrimônio líquido da Unidade Jurisdicionada (conforme previsto na alínea “b”, do Item 20 da Macrofunção 02.03.30 da STN), porém, sem realizar os lançamentos previstos no Item 50 da mesma Macrofunção.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo foi o “Critério de Padrão de Vida Útil”, metodologia recomendada às Fundações Públicas pela STN, conforme Item 23 da Macrofunção 02.03.30. (Base Legal: Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/00, Lei nº 10.180/2011, NBC T 16.9 e NBC T 16.10).

A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão foi o “Método das Quotas Constantes”, ou “Método Linear”, conforme apontado na NBC T 16.9, Item 13, alínea “a”.

As taxas utilizadas para os cálculos foram aquelas estabelecidas no Item 24 da Macrofunção 02.03.30 da STN, em face da determinação contida no Item 23 da mesma Macrofunção. (Base Legal: Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/00, Lei nº 10.180/2011, NBC T 16.9 e NBC T 16.10).

Não houve avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido, restringindo-se a Escola a seguir unicamente as determinações da STN quanto à necessidade para o ano de 2012 de realização dos procedimentos de Avaliação e Mensuração de Bens Móveis, Redução a Valor Recuperável e Depreciação, conforme orientações contidas na Macrofunção 02.03.30, Item 16. Nesse sentido, registre-se que foram cumpridos os prazos estabelecidos no “Cronograma” de procedimentos de Redução a Valor Recuperável e Depreciação estabelecido pela STN (Macrofunção 02.03.30, Item 16).

Os procedimentos de Redução a Valor Recuperável promovidos pela Escola no exercício financeiro de 2012, referente aos bens móveis das contas contábeis 14212.35.00 – Equipamentos de Processamento de Dados e 14212.52.00 – Veículos de Tração Mecânica, estão registrados no Processo Administrativo nº 04600.003179/2012-91.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela Unidade Jurisdicionada no exercício 2012 está demonstrado no Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração com Ressalva

Quadro LXV – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício não Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			114702/11401
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) As contas contábeis de controle de patrimônio, contas do grupo 14212.00.00 – BENS MÓVEIS, registram variações passivas das Notas de Lançamento que decorrem dos procedimentos de Depreciação, e que não refletem adequadamente a situação patrimonial da Unidade Jurisdicionada;</p> <p>b) A conta contábil 24620.00.00 – AJUSTES PATRIMONIAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES registra variações passivas das Notas de Lançamento que decorrem dos procedimentos de Redução a Valor Recuperável (com impacto direto no patrimônio líquido da Unidade Jurisdicionada), e que não refletem adequadamente a situação patrimonial da Unidade Jurisdicionada;</p> <p>c) As contas de variação passiva, constantes do Balanço Patrimonial e das Demonstrações das Variações Patrimoniais, apresentam reflexos contábeis que não refletem adequadamente a situação patrimonial da Unidade Jurisdicionada, tendo em vistas as considerações feitas nas alíneas “a” e “b” desta Declaração;</p> <p>d) Registre -se que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não foram disponibilizados pelo Sistema de Administração Financeira (SIAFI), não sendo, portanto, objeto da análise de mérito desta Declaração.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	15 de Fevereiro de 2013
Contador Responsável	WANDER MACHADO DE SOUZA	CRC nº	014448/O-7

Resultados e conclusões

O desempenho das atividades relevantes e estratégicas retrata a intenção da ENAP no fortalecimento de sua função de capacitação de servidores na Administração Pública Federal. Isso se deu com ênfase na formação de dirigentes capazes de contribuir para o aumento da capacidade de governo em programas prioritários, no apoio e na criação de ambientes propícios à inovação e gestão eficiente de recursos e na melhoria do pacto federativo por meio da coordenação de redes envolvendo diferentes esferas de governo, visando também a consolidar a governança democrática no Brasil.

É também papel da Escola atuar no apoio ao desenvolvimento institucional, para inovação e fortalecimento da capacidade de concepção, coordenação e implementação de políticas públicas, tendo em vista a maior integração da gestão em prol do alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentado do País. Foram atendidas demandas estratégicas específicas de órgãos da administração pública na concepção de projetos e posterior definição de estratégias de capacitação de quadros e equipes para atender às inovações, tais como as oficinas de planejamento estratégico e os cursos de pós-graduação em áreas relevantes de políticas públicas.

A profissionalização de servidores deu-se tanto por ofertas para carreiras quanto por programas de desenvolvimento de competências de direção para formação das atuais e das potenciais lideranças da Administração Pública Federal. O crescimento da oferta de capacitações foi acompanhado por inovações nos conteúdos e nas metodologias de ensino utilizadas, com destaque para o crescimento da oferta de cursos a distância, projetos especiais e de cooperação internacional, além dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, sendo que alguns têm sido ofertados sob medida para ministérios, a fim de colaborar com a gestão de políticas públicas de promoção da cidadania e inclusão social.

Tratativas com o MEC vêm sendo realizadas para o recredenciamento da ENAP para oferta de cursos de pós-graduação, frente à edição da Resolução do CNE nº 4 de fevereiro de 2011 e nº 7, de 08 de setembro de 2011. Uma nova solicitação de credenciamento educacional da Escola será apresentada ao MEC no início de 2013, após entendimentos entre a Secretaria de Regulação e Supervisão de Educação Superior (SERES/MEC) e o Sistema de Escolas de Governo da União.

Dando sequência ao objetivo de capacitar instituições e não apenas indivíduos, configuraram-se como ações de apoio a diversas instituições públicas em 2012 a realização de oficinas de planejamento estratégico e a elaboração e divulgação do novo modelo do Plano Plurianual, assim como a participação na coordenação dos processos de planejamento estratégico dos órgãos.

Contribuíram para o alcance desses resultados a implementação de ações internas para capacitação do corpo técnico da Escola, focadas no desenvolvimento de competências referentes à didática, aos processos de ensino e aprendizagem andragógicos, planejamento educacional e processos conversacionais. No mesmo sentido, a integração às redes de capacitação existentes no contexto das organizações públicas e o alinhamento

metodológico promovido junto aos colaboradores da Escola proporcionaram um maior reconhecimento do cenário atual da administração pública e dos desafios para a formação de servidores.

A ENAP vem promovendo a intensificação do diálogo com as demais escolas de governo da União, como parte da estratégia de articulação da Rede Nacional de Escolas de Governo visando à implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal. Também o intercâmbio de experiências e a realização de ações conjuntas com diversas instituições, nacionais e internacionais, permitiram uma maior difusão e realização descentralizada dos cursos de catálogo da ENAP, contribuindo para a ampliação da capacitação de servidores.

Anexos

Contrato de vigilância encontra-se de acordo com os valores limites para contratação de serviços de vigilância disciplinados pela Portaria nº 17, de 27 de março de 2012.

	ENAP	MP/PT 17/2012
Vigilância 44hs	R\$ 3.413,80	R\$ 4.976,70
Vigilância 12/36 Diurno	R\$ 3.192,70	R\$ 9.279,50
Vigilância 12/36 Noturno	R\$ 3.496,44	R\$ 10.115,00

Contrato de Limpeza encontra-se de acordo com os valores limites para contratação de serviços de limpeza disciplinados pela Portaria nº 39, de 22 de julho de 2011.

TIPO DE ÁREA	Valor máximo Portaria nº 39, de 22 de julho de 2011 (RS)	Valor mínimo Portaria nº 39, de 22 de julho de 2011 (RS)	Valor ENAP (RS)	Total ENAP/Área (RS)
Área de piso interna 20.357,50	4,12	3,37	3,86	78.579,95
Área de piso externa 10.142,00	2,06	1,68	0,58	5.882,36
Área de esquadrias – Face Interna 3.088,52	0,94	0,77	0,90	2.779,67
Área de esquadrias – Face Externa 3.088,52	0,94	0,77	0,90	2.779,67
Área verde 12.599,00	2,06	1,68	1,15	14.488,85
TOTAL MENSAL				104.510,50
TOTAL ANUAL				1.254.126,00